

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

O IMPACTO DO FIM DO TRÁFICO NA ESCRAVARIA DAS CHARQUEADAS PELOTENSES
(C. 1846 – C. 1874)

Bruno Stelmach Pessi

Porto Alegre, novembro de 2008

Bruno Stelmach Pessi

O IMPACTO DO FIM DO TRÁFICO NA ESCRAVARIA DAS CHARQUEADAS PELOTENSES
(C. 1846 – C. 1874)

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Helen Osório

Porto Alegre, novembro de 2008

Bruno Stelmach Pessi

O IMPACTO DO FIM DO TRÁFICO NA ESCRAVARIA DAS CHARQUEADAS PELOTENSES
(C. 1846 – C. 1874)

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Helen Osório (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Fábio Kühn
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Regina Célia Lima Xavier
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

À professora Helen Osório, agradeço não só por ter aceitado orientar essa pesquisa, mas pelas críticas, correções, conselhos, indicações de bibliografia e empréstimo de livros. A sua orientação impecável, sempre de forma muito acessível e atenciosa, colaborou de forma essencial para a qualidade deste trabalho. Obrigado pelo rigor acadêmico, pelo crédito depositado no trabalho e pelo nível de exigência que deu a este trabalho uma qualificação especial, que eu não teria obtido sozinho.

Aos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela formação universitária de alta qualidade, principalmente aos professores Fábio Kühn e Regina Xavier, que aceitaram participar da banca de avaliação, além do professor Benito Schmidt, que estiveram presentes em diversos momentos dessa pesquisa, contribuindo com críticas, sugestões e indicações bibliográficas.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, que colaboraram com a atenção e o auxílio na busca e localização dos documentos pesquisados.

Diversos amigos e colegas foram de extrema importância e fizeram com que essa pesquisa não fosse um trabalho solitário, contribuindo com muita dedicação para o seu desenvolvimento. Aos amigos que quase levei à exaustão pelo tom muitas vezes uníssono de nossos encontros e conversas, Antônio Marcos Farias Duarte, Clarissa de Lourdes Sommer Alves, Daniela Machado Robl, Gabriel Castello Costa, Laura Ferrari Montemezzo, Luciano Costa Gomes e Patrícia da Costa Machado, agradeço pela atenção e confiança ao longo de toda a pesquisa, pelas conversas amigas e pelo apoio incondicional.

Aos amigos e colegas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Charles Brito, Jônatas Caratti, Luciano Perosa e principalmente à Roberta Zettel, agradeço pelas críticas, conversas e leituras de diversas partes desse trabalho, além da confiança e expectativa depositadas nesta pesquisa.

À família que soube apoiar os momentos difíceis da trajetória desse trabalho. Aos meus pais Ari e Verônica que sempre se preocuparam com que eu tivesse uma formação de qualidade. Não menos importante, agradeço à Gabriela que sempre me incentivou, por ter sido uma perfeita companheira, por saber me acalmar, animar e motivar, e principalmente

por ter compreendido a minha ausência quando eu precisava de isolamento para dedicar-me à pesquisa, sempre com muito amor e carinho.

A todos, além dos agradecimentos, dedico esse trabalho na esperança de que possa cumprir com a expectativa depositada em mim. Obrigado.

Resumo

Esta investigação teve como objetivo analisar o impacto do fim do tráfico transatlântico de escravos nas charqueadas pelotenses. Para tal, propomos um estudo comparativo de dois períodos específicos. O primeiro período abrange os anos entre 1846 e 1850 e representa aquele imediatamente anterior ao fim do tráfico, onde ainda havia essa forma de fácil aquisição e reposição de escravos. Selecionamos os anos de 1870 a 1874 para análise do impacto do fim do tráfico de escravos. Propondo sempre um estudo comparativo entre os dois períodos selecionados, abordamos nesse trabalho três aspectos: o estudo das fortunas dos charqueadores; do perfil demográfico dos escravos quanto ao sexo, idade e origem; e por fim, dos ofícios e preços dos cativos. Para tal, utilizou-se de 17 inventários *post-mortem*, sendo oito para o primeiro período e nove para o segundo.

Observamos que o fim do tráfico acarretou em uma maior dificuldade de aquisição de cativos, o que levou à incapacidade de manutenção dos grandes plantéis de escravos. A partir dessa incapacidade, a solução adotada pelos charqueadores foi a racionalização dos plantéis, com o aumento do número de homens em relação ao de mulheres. Essa racionalização se expressou também no trabalho escravo, com uma maior especialização e organização da atividade charqueadora, o que possibilitou a extensão da idade produtiva dos cativos.

Palavras-chave: charqueada; escravidão; demografia; ofícios; preços.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I: ANÁLISE DAS FORTUNAS DOS CHARQUEADORES.....	17
CAPÍTULO II: PERFIL DEMOGRÁFICO DOS ESCRAVOS – SEXO, ORIGEM E IDADE	33
CAPÍTULO III: OS TRABALHADORES DA CHARQUEADA – OFÍCIO E AVALIAÇÃO.....	52
CONCLUSÃO	67
Apêndices	71
Fontes consultadas	80
Bibliografia.....	81

Lista de tabelas:

Tabela 1: População de Pelotas em 1833.....	11
Tabela 1.1: Participação de moeda corrente nas fortunas dos charqueadores (%).....	19
Tabela 1.2: Quantidade de charqueadores por tamanho de rebanho.....	24
Tabela 2.1: Sexo dos cativos e razão de masculinidade por origem.....	40
Tabela 3.1: Flutuação dos preços médios dos escravos.....	63

Lista de gráficos:

Gráfico 2.1: Origem dos escravos (%).....	39
Gráfico 2.2: Participação dos escravos por faixa etária e período	45
Gráfico 2.3: Sexo dos escravos por faixa etária (%) - 1846 a 1850	47
Gráfico 2.4: Sexo dos escravos por faixa etária (%) - 1870 a 1874.....	47
Gráfico 2.5: Distribuição dos escravos por idade (a cada 5 anos)	50
Gráfico 3.1: Divisão dos escravos segundo categorias ocupacionais (1846 - 1850)	54
Gráfico 3.2: Divisão dos escravos segundo categorias ocupacionais (1870 - 1874)	57
Gráfico 3.3: Participação dos escravos (%) nas categorias ocupacionais nos dois períodos.....	59
Gráfico 3.4: Evolução do preço dos escravos em relação à idade	64

INTRODUÇÃO

A presente investigação tem como objetivo analisar os impactos do fim do tráfico transatlântico de escravos na escravaria das charqueadas pelotenses, em diversos aspectos. As charqueadas foram, no Rio Grande do Sul do século XIX, uma das principais atividades econômicas e aquela que proporcionou a integração econômica da região com o centro do Brasil, além de ter sido a principal atividade que demandava a utilização de mão-de-obra escrava. Foi no final do século XVIII que os grandes estabelecimentos de produção do charque se instalam no sul do Brasil, iniciando um período importante para a economia da região, com a comercialização do charque para alimentar os contingentes escravos dos centros brasileiros. O processo de salga da carne não era desconhecido antes desse período; diversos registros mostram a produção de charque em Buenos Aires, já no século XVII e na Colônia do Sacramento¹. No território onde hoje é o Rio Grande do Sul, também antes do século XVIII a produção do charque era conhecida. Porém, é através da fundação da charqueada de José Pinto Martins, em 1780, nas margens do Arroio Pelotas, que a incipiente produção do charque tomou maiores proporções. Devido a uma série de secas no nordeste brasileiro – principal produtor do charque até então – na década de 1770, o português Pinto Martins mudou-se para o sul do Império Português, se estabelecendo nas terras de Manoel Carvalho de Souza, às margens do Arroio Pelotas².

Foi a partir do século XIX, entretanto, que as charqueadas tiveram um impulso realmente acentuado, destacando-se a região do Rio Pelotas. Diversos autores demonstraram³ a importância das charqueadas para a economia sulina no final do século

¹ MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1984, p. 54 et. seq.

² *Site Viva o Charque*. Disponível em: [Hhttp://www.vivaucharque.com.br/personagens/pintomartins.htm](http://www.vivaucharque.com.br/personagens/pintomartins.htm) . Acessado em novembro de 2008.

³ Entre os autores e obras que analisaram a economia rio-grandense e a produção do charque, pode-se destacar: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983; MAESTRI FILHO, Mário. *Op. cit.*; XAVIER, Paulo. Charqueada: primeira indústria do sul da América. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n.131, 1995, pp.11-15; ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2002; GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUC-RS, Porto Alegre, 1993; ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio.

XVIII e no século XIX. Segundo Fernando Henrique Cardoso, a explicação para os grandes contingentes escravos no Rio Grande do Sul no começo do século XIX só pode ser compreendida quando se considera um canal de regular absorção de mão-de-obra escrava, além da produção de trigo e das estâncias de criação de gado: a produção do charque⁴. O autor afirma que essa produção data da presença portuguesa nas terras meridionais do Império, como forma de utilizar a carne salgada para o abastecimento das estâncias, mas é a partir de 1780, com o estabelecimento de Pinto Martins, que o charque é comercializado e somente nas décadas iniciais do século XIX que as charqueadas tiveram um impulso mais acentuado. Porém, contrariamente ao afirmado por Fernando Henrique Cardoso, estudos dedicados à composição da população no Rio Grande do Sul e à estrutura agrária mostram que, já no século XVIII, em diversas regiões houve a utilização constante e disseminada da mão-de-obra escrava. Helen Osório demonstra que mesmo entre os pequenos lavradores, aproximadamente 85% tinham pelo menos um cativo, sendo a média de 3,3 escravos por proprietário. Entre os estancieiros, o número médio era de 11 escravos por proprietário. Ao analisar a população da freguesia de Viamão no século XVIII, utilizando os róis de confessados, Fábio Kühn mostra que já em 1751, 42% da população da freguesia era composta de cativos africanos, disseminados entre 64% dos fogos⁵.

Essas charqueadas se localizavam principalmente nas proximidades dos rios navegáveis, nas regiões próximas à Lagoa dos Patos e à Lagoa Mirim, local onde o transporte fluvial pôde ser aproveitado a fim de facilitar o escoamento da produção. É nessa região que se encontrava o Arroio Pelotas e a mais importante concentração de charqueadas. Localizada em um ponto estratégico, nas proximidades de Rio Grande, o mais importante porto da região no período, e aproveitando-se do arroio navegável, a cidade de Pelotas desenvolveu-se sobre a alta rentabilidade da produção *saladeril*.

A produção de carne seca nas charqueadas era obtida, basicamente, através da utilização de mão-de-obra escrava, apesar do uso de mão-de-obra livre ser freqüente em

Pelotas: Escravidão e charqueadas, 1780-1888. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUC-RS, Porto Alegre, 1995.

⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. *Op. cit.*, p. 60.

⁵ Ver: OSÓRIO, Helen. Estancieiros que plantam, lavradores que criam, comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 75-90; KÜHN, Fábio. Gente de Fronteira: Sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (Org.). *Op. cit.*, pp. 47-74.

atividades administrativas e de controle, bem como em atividades mais complexas. Segundo Berenice Corsetti, “o advento da charqueada e a estruturação definitiva do escravismo como modo social de produção dominante marcam a história gaúcha, não apenas em termos econômicos como, também, em termos sociais.”⁶, ressaltando a importância do charque e dos escravos para a sociedade pelotense e para a formação de uma classe de senhores de escravos na localidade. Com a necessidade cada vez maior de braços para o charqueio, constituir-se-iam grandes concentrações de cativos nas regiões dedicadas à produção do charque, ilustradas nos dados censitários apresentados por Mário Maestri para a composição da população de Pelotas em 1833:

Tabela 1: População de Pelotas em 1833

	Absoluto	%
Livres	3.555	35,4
Índios	180	1,8
Libertos	1.136	11,3
Escravos	5.169	51,5
Total:	10.040	100

Fonte: Mappa de São Francisco de Paula e seu termo. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Papéis da Câmara Municipal de Pelotas. Fardo, 1833. Apud: Maestri, Mário. O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Breindes, 1984, p. 75.

A intensa exploração do trabalho escravo nas charqueadas demandava, dessa forma, da constante aquisição de cativos. Até a sua proibição, o tráfico transatlântico de escravos foi o principal fornecedor de escravos para o Rio Grande do Sul⁷. Com a proibição do tráfico, através da Lei Eusébio de Queirós em 1850, e com a conseqüente cessação da oferta de cativos africanos, a dinâmica da escravidão no Brasil se modifica, o acesso à compra de escravos se torna mais difícil, o preço dos cativos se eleva e o tráfico interno se fortalece, levando para as regiões com maior necessidade de trabalhadores - principalmente para aquelas voltadas ao cultivo do café - os escravos de zonas mais periféricas do Brasil, como o extremo sul, o oeste e o nordeste do país. É de forma a investigar os efeitos do fim do tráfico nas charqueadas, especificamente no trabalho escravo, que propomos essa pesquisa,

⁶ CORSETTI, Berenice. *Op. cit.*, p. 125.

⁷ Para os dados sobre o tráfico de escravos, ver: BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: Características do tráfico negreiro no Rio Grande de São Pedro do Sul*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

partindo do problema norteador: *qual foi o impacto do fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil na escravaria das charqueadas pelotenses e de que forma essa lei alterou ou não o perfil dos escravos ligados à produção do charque nesta cidade?*

Para podermos responder a esse questionamento, nos valem de dados coletados em inventários *post-mortem* de charqueadores, depositados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, divididos em dois momentos: entre os anos de 1846 e 1850 e os anos de 1870 e 1874. A divisão do estudo em dois períodos foi proposta de forma a poder observar as características da escravaria das charqueadas antes e após o fim do tráfico. O período centrado entre 1846 e 1850 representa, assim, aquele imediatamente anterior ao fim do tráfico. Para a análise do impacto do fim do tráfico selecionamos os anos de 1870 a 1874, levando em conta que as transformações não se manifestariam de forma imediata, mas sim ao longo de um período um pouco mais extenso. Delimitamos a nossa análise com a promulgação da Lei Rio Branco, aprovada em 28 de setembro de 1871 e que, entre outras deliberações, libertava as crianças recém-nascidas das mulheres escravas, obrigando os seus senhores a cuidar delas até a idade de oito anos, que não acreditamos ter apresentado impactos expressivos até o ano de 1874. O recorte temporal representa, portanto, uma estratégia para análise das fontes, de modo a poder responder à questão norteadora através do uso de amostragens estatísticas, já que a o estudo do período proposto, sem esse recorte, demandaria uma pesquisa muito mais extensa nas fontes, não exequível em apenas um semestre.

A partir desse marco temporal, procedeu-se à identificação dos inventários de charqueadores dentre todos os documentos do município de Pelotas. Para tanto, foram procurados nos inventários, aqueles que possuíam descrições de bens relativos à produção do charque, como “estabelecimento de charqueada”, “charqueada”, escravos carneadores, e produtos como o charque e o couro. Foram encontrados, em todos os cartórios do município de Pelotas, 17 inventários de charqueadores para os anos selecionados, sendo 8 para o primeiro período e 9 para o segundo. Cabe destacar que esses 17 inventários representam a totalidade de inventários para o período estudado.

Assim, de forma a aproveitar as informações presentes na documentação e responder à questão norteadora da pesquisa, foram propostos como objetivos, sempre

comparativamente entre os dois períodos: identificar a variedade de investimentos dos charqueadores; observar a expressividade do valor dos escravos frente aos outros bens dos charqueadores; analisar o perfil dos escravos quanto às seguintes características: sexo, idade e origem; analisar os preços dos escravos comparativamente entre os dois períodos; verificar a ocupação dos escravos e problematizar a possibilidade de especialização do trabalho escravo.

Tendo esses objetivos destacados, é importante salientar a importância da fonte selecionada para essa pesquisa. Os inventários representam a única fonte na qual é possível obter informações sobre o conjunto de bens dos charqueadores, além das informações demográficas, preços e ofícios dos escravos. Segundo Helen Osório, os inventários permitem “fixar determinado momento da estrutura econômico de uma região, se tomarmos todo seu conjunto para um ano ou década específicos, ou as permanências e mudanças da mesma estrutura, se tomarmos esses inventários seriadamente”⁸. No caso desse estudo, os inventários foram basilares para a comparação da estrutura econômica e perfil demográfico dos escravos entre um período onde o tráfico transatlântico de escravos era uma atividade corrente e outro, no qual essa atividade era extinta. Em relação à questão demográfica proposta nesse estudo, os inventários correspondem à única fonte onde podemos encontrar as informações para essa análise, visto a ausência das listas nominativas para o Rio Grande do Sul no período, tão utilizadas nos estudos demográficos para outras regiões do Brasil – principalmente São Paulo e Minas Gerais.

Os dados extraídos da fonte citada foram alocados em um banco de dados e analisados através de técnicas estatísticas e quantitativas. Para tal, o principal procedimento adotado foi a verificação de alguns testes de frequência, cruzamento de variáveis e elaboração de gráficos e tabelas, o que permitiu melhor visualização dos dados recolhidos. Maiores detalhes desses procedimentos podem ser observados ao longo dos capítulos.

O estudo se justifica pelas perspectivas estabelecidas pelos objetivos de pesquisa. Já foram citados alguns trabalhos que estudaram a charqueada em diversos momentos históricos, mas algumas lacunas foram encontradas na bibliografia. Essas lacunas possibilitaram que o presente estudo colaborasse para o acréscimo de conhecimento sobre

⁸ OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 47.

as charqueadas e o trabalho escravo na produção do charque. Além de contar com objetivos que não foram contemplados em outros momentos, a utilização da totalidade de inventários para o período também faz parte das inovações desse estudo. Analisando os dois principais trabalhos acerca do objeto analisado, percebemos que o estudo de Fernando Henrique Cardoso baseou-se essencialmente em relatos de viajantes e preocupou-se em analisar o trabalho escravo nas charqueadas comparativamente com o trabalho assalariado dos *saladeros* uruguaios, além da desintegração da ordem escravocrata no Brasil Meridional⁹. Apesar de possuir grandes méritos e de ter servido de influência para grande parte dos estudos sobre escravidão nas décadas de 1970 e 1980, seu trabalho não procurou bases empíricas em fontes muito variadas, utilizando principalmente relatos de viajantes.

Já o trabalho de Berenice Corsetti, pretendendo analisar o funcionamento e o processo de desarticulação da charqueada escravista, utilizou-se de uma quantidade variada de documentos¹⁰. A autora centrou-se basicamente na conjuntura da produção do charque no século XIX, na estrutura produtiva (mão-de-obra, matéria-prima, tecnologia e crédito) e na comercialização do produto. Apesar de utilizar-se também de inventários *post-mortem*, a autora não utiliza todos os processos do período do qual se propõe analisar e não explicita os critérios de seleção de tais documentos. Ainda, mesmo dedicando à escravidão um papel importante na produção do charque, o estudo desse importante aspecto da produção não mereceu no seu trabalho uma análise mais atenciosa.

Entre outros autores que dedicam atenção à charqueada, temos Mário Maestri, Ester Gutierrez e Jorge Euzébio Assumpção¹¹. Apesar de alguns avanços serem apresentados, os autores deixam não se dedicam à abordagem demográfica da escravidão, ou quando o fazem (como no caso do estudo de Assumpção), utilizam padrões demográficos que tornam seu trabalho incomunicável com outros estudos que abordam a questão para outras regiões ou atividades econômicas, como por exemplo, a utilização de categorias etárias diversas e que não correspondem à condição produtiva dos escravos. Também em nenhum desses estudos existe a perspectiva comparativa, de forma a compreender a dinâmica da charqueada após o fim do tráfico transatlântico.

⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Op. cit.*

¹⁰ CORSETTI, Berenice. *Op. cit.*

¹¹ MAESTRI FILHO, Mário. *Op. cit.*; GUTIERREZ, Ester J. B. *Op. cit.*; ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Op. cit.*

Dessa forma, a pesquisa desenvolvida nessas páginas inova no sentido de propor um estudo dedicado essencialmente à análise da escravidão, tão inerente à charqueada, tendo a problemática do fim do tráfico como ponto central em sua abordagem. Além da preocupação com o perfil demográfico dos escravos e do estudo dos preços e ofícios dos cativos, a análise da conjuntura do fim do tráfico transatlântico é a tônica desse estudo e representa uma problemática que de certa forma foi abandonada a segundo plano em outros trabalhos e que neste, é um dos principais aspectos que nortearam o seu desenvolvimento.

Organizamos a monografia em três capítulos nos quais o estudo comparativo dos dois períodos propostos está presente. No primeiro capítulo procuramos identificar os investimentos feitos pelos charqueadores na composição de seus bens e de que forma eles se alteram entre os dois períodos, dando destaque para a importância do conjunto de escravos entre esses bens. Através do estudo dos inventários, pudemos identificar as principais atividades as quais os charqueadores se dedicavam e mantinham seus investimentos. Quanto aos escravos, procuramos observar a média de cativos por plantel em cada período, bem como a participação percentual dos escravos no montante de bens dos inventariados, além do valor dos plantéis.

No segundo capítulo, inclinamos nossos esforços diretamente à escravaria, nos atendo à identificação do perfil demográfico dos escravos das charqueadas quanto ao sexo, idade e origem dos mesmos. Procedendo sempre de maneira comparativa, procuramos entender as formas de aquisição de escravos, a evolução demográfica e a possibilidade de reprodução interna dos plantéis. Apesar de algumas lacunas nas fontes utilizadas, foi possível observar claramente algumas modificações ocasionadas pelo fim do tráfico no perfil dos escravos das charqueadas.

No terceiro e último capítulo, partimos para o estudo das ocupações e preços dos escravos. Procurando debater com as afirmações feitas por Fernando Henrique Cardoso sobre a organização do trabalho escravo nas charqueadas, buscamos, através de bases empíricas, problematizar a possibilidade ou não de uma maior especialização da produção. Além disso, sempre tendo presente o fim do tráfico e a crise de mão-de-obra por ele gerada,

com o estudo dos ofícios e preços dos cativos, nos dedicamos a entender as formas de ocupação e utilização da mão-de-obra promovidas pelos charqueadores de forma a compensar a crise conjuntural.

Capítulo I: Análise das fortunas dos charqueadores

Preliminarmente à análise do perfil dos escravos ligados às charqueadas de Pelotas, estudaremos as fortunas dos charqueadores com inventários entre os anos de 1846 a 1850 e 1870 a 1874. Apresentamos assim, um estudo comparativo dos dados extraídos de 17 inventários *post-mortem*, sendo desse total 8 inventários para primeiro período e 9 para o segundo. Analisaremos os montantes de sua riqueza e sua composição entre bens de raiz (rurais e urbanos), móveis (mobiliário, roupas, etc.), escravos, animais, embarcações, produtos (principalmente charque, couro e tijolos¹²), dinheiro, dívidas ativas e dívidas passivas. Pretende-se assim, observar a importância das diversas espécies de bens na constituição do montante das fortunas dos charqueadores e rastrear os investimentos por eles realizados na composição das suas fortunas, bem como as atividades econômicas nas quais estavam envolvidos.

É importante notarmos que a fonte utilizada apresenta necessariamente a composição dos bens no momento de falecimento do inventariado, não sendo possível compreender as estratégias de investimentos, mas somente a participação estática dos diversos bens em certo momento. Além de conhecermos os investimentos do grupo que estamos analisando, o estudo comparativo da participação dos bens num período em qual o tráfico de escravos ainda é praticado e em outro, no qual é proibido e não mais exercido, pode nos revelar o desenvolvimento econômico da charqueada, a sua inserção na dinâmica econômica do Império Brasileiro e a capacidade de manter os investimentos em escravos. Lembra-se que no segundo período, vivia-se um momento em que o preço e a demanda por cativos tiveram um aumento considerável e no qual as regiões mais capitalizadas e com maior necessidade de trabalhadores importavam escravos de regiões economicamente periféricas via tráfico interno. Segundo Robert Conrad, a manutenção da proporção de valores entre escravos e outros bens pode servir de indicador de uma atividade econômica mais forte e mais resistente à crise de mão-de-obra causada pelo fim do tráfico

¹² Os tijolos podem ser considerados como um subproduto das charqueadas. Como a produção do charque é essencialmente sazonal, ocorrendo entre novembro e maio, o fabrico de tijolos e telhas surgiu como forma de ocupar os escravos nos períodos nos quais eles não estavam dedicados à produção do charque.

transatlântico de escravos¹³. Por outro lado, a manutenção da participação do valor dos escravos frente aos outros bens dos escravistas pode indicar uma maior capacidade de resistência à crise de mão-de-obra provocada pelo fim do tráfico de escravos.

Os Apêndices 1 e 2 apresentam os dados extraídos dos inventários analisados. Observa-se que as categorias “imóveis rurais” e “escravos” são as únicas presentes em todas as fortunas analisadas. Entre as outras categorias mais correntes, encontramos “dívidas ativas”, “embarcações” e “móveis”. Com menos freqüência, temos informações sobre a produção, animais, dinheiro, jóias, ações da dívida pública e apólices avaliadas (os dois últimos presentes somente em dois inventários entre os anos de 1870 e 1874), além de dívidas passivas. Inicialmente, nos salta aos olhos a grande diferença dos montantes de riquezas, sendo no primeiro período, entre um valor mínimo de 36:547\$600 e um máximo de 634:797\$351, esse, mais de 17 vezes maior do que aquele. No segundo período, o menor valor é de 36:977\$154, e o maior 1:893:256\$602, 51 vezes maior do que o valor mínimo!

Entre 1846 e 1850, somente em dois inventários consta a presença de moeda, no de Emerenciana Maria Teixeira e Francisca Alexandrina de Castro. Nesses inventários, a participação de moeda corrente no total das fortunas é de 2,5% e 7% respectivamente. Porém, essas cifras não podem ser encaradas como índices que sugiram a existência de uma fluente circulação de numerário visto que somente dois inventários apresentam dinheiro arrolado. De fato, característica semelhante foi encontrada por Manolo Florentino ao analisar os dados de João Fragozo sobre a participação das atividades e bens econômicos nos inventários post-mortem da praça mercantil do Rio de Janeiro entre 1797-1840¹⁴. Segundo o autor, “a ínfima expressão da variável ‘Moedas’ denota a existência de frágil circulação de numerário”.

Já entre 1870 e 1874, a presença de dinheiro nos inventários é mais expressiva. Dos 9 inventários, 5 apresentam entre 2:808\$850 e 156:721\$382 (Maria Luiza Chaves e Antônio José Gonçalves Chaves, respectivamente), o que representa entre 0,6% e 33,3% de suas

¹³ CONRAD, Robert. *Os últimos anos do escravismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 10 e 11.

¹⁴ FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 255. Apud: FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 185.

fortunas. Se considerarmos as aplicações em ações nos dois casos onde há a presença de ações, apólices e seguros, esse valor sofre um aumento considerável, variando entre 3,1% e 54,5% das fortunas, conforme a Tabela 1.1. Parece-nos que entre os anos que abarcam o último período dessa pesquisa a possibilidade de acumulação e a manutenção do capital em forma monetária foram mais recorrentes. Talvez devido à própria dificuldade de investimento em bens que outrora eram de fácil acesso, tais como terras e escravos, em consequência das leis de terras e da proibição do tráfico de escravos para o Brasil e da própria maior monetarização da sociedade.

Tabela 1.1: Participação de moeda corrente nas fortunas dos charqueadores (%)

	Ano	Dinheiro
Emerenciana Maria Teixeira	1847	2,5
Francisca Alexandrina de Castro	1848	7,0
Silvana Claudina Belchior	1870	22,0
Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos	1870	4,5
Carlota Batista Teixeira	1871	33,3
Antônio José Gonçalves Chaves*	1872	54,5
Maria Luiza Chaves*	1872	3,1

* Em ambos os casos foram adicionados os valores referentes às ações, correspondentes a 23,2% e 2,5%, respectivamente.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas.

As jóias, objetos de ouro e de prata não representam valores expressivos e foram incluídos na categoria “Móveis” por considerarmos ambos como objetos de luxo e juntos, demonstrarem o entesouramento do capital. Temos assim, dados significativos que apresentam o baixo grau de refinamento da sociedade rio-grandense, associado à pouca capitalização da sociedade. Dessa forma, como afirma Berenice Corsetti, a pouca capitalização resulta em uma menor capacidade de importação de artigos que possibilitassem à sociedade um maior grau de aristocratização¹⁵. Essa realidade já havia sido percebida por Saint-Hilaire, ao passar pelo Rio Grande do Sul no começo da década de 1820,

¹⁵ CORSETTI, Berenice. *Op. cit.*, p. 190.

registrando que “tem-se a impressão que esta Capitania é extremamente rica, embora a montagem de casas e o modo de viver de seus habitantes não apresentem tal riqueza”¹⁶. Não nos parece haver ocorrido grandes mudanças quanto ao refinamento da sociedade gaúcha pelo menos entre a viagem de Saint-Hilaire e o primeiro período dessa análise. Porém, na década de 1870 alguns inventários apresentam números interessantes quanto ao entesouramento do capital. Nesse período, três inventários contêm valores elevados entre mobiliário, utensílios, artigos de ouro e de prata. É o caso de Luiz Teixeira Barcelos, Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos e Matildes Vinhas Lopes, com 4,3%, 4,7% e 8,5%, respectivamente, nesses bens de luxo.

Quanto às ações, apólices e seguros de vida, essas somente aparecem no segundo período da nossa análise, em dois inventários, no de Antônio José Gonçalves Chaves e no de Maria Luiza Chaves, casada com João Maria Chaves, irmão e sócio do referido charqueador¹⁷. O inventário de Antônio José Gonçalves é ilustrativo para o entendimento desse tipo de investimento. Em seu testamento, escrito em 1862, ele calcula sua fortuna e descreve seus investimentos. Contam assim, descrições sobre ações do Banco do Brasil, Apólices da Câmara Municipal de Pelotas, Ações da Sociedade Comanditaria de Carlos Resinfaerde e Cia do Rio Grande e saldo no Banco Bradshaw¹⁸. Já no inventário, 10 anos depois, seus investimentos em ações e apólices concentram-se em Apólices da Câmara Municipal de Pelotas e da Câmara de Porto Alegre, Apólices da Dívida Pública, Ações da Sociedade Bancária Duarte Souza Hrenchfeldt, Ações da Companhia Hidrantes Porto Alegre e

¹⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Abril Editora, 1935, p. 55.

¹⁷ Antônio José Gonçalves Chaves e João Maria Chaves herdaram a charqueada que tinham em sociedade de seu pai, Antônio Gonçalves Chaves. Esse famoso personagem da História do Rio Grande do Sul nasceu em Portugal e estabeleceu sua charqueada (denominada de São João) em 1810, em Pelotas. Em suas *Memórias econômico-políticas*, datada de 1822, propôs a extinção do tráfico e a abolição da escravidão. Foi vereador da primeira legislatura da Câmara Municipal de Pelotas, em 1832, e o segundo deputado mais votado para a primeira legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul, em 1835. Com o seu sócio, Domingos José de Almeida, construiu o primeiro barco a vapor do Rio Grande do Sul, o *Liberal*. Personagem com ampla visão de modernidade, o nome do barco diz muito de seus ideais políticos. Além disso, contribuiu para a rebelião de 20 de setembro de 1835, que visava a tomada militar de Porto Alegre.

¹⁸ Os valores das ações e apólices constantes no testamento são de 35:880\$000 equivalente a 154 ações do Banco do Brasil; apólices da Câmara Municipal de Pelotas, no valor de 5:500\$000, com rendimentos de 160\$000; Ações da Sociedade Comanditaria de Carlos Resinfaerde e Cia do Rio Grande, 15:000\$000; e saldo no Banco Bradshaw e Cia, 15:290\$000. Quanto aos investimentos apresentados no inventários, destacam-se as Apólices da Câmara Municipal de Pelotas e da Câmara de Porto Alegre no valor de 14:000\$000 e 3:600\$000, respectivamente; Apólices da Dívida Pública, no valor de 81:000\$000; Ações da Sociedade Bancária Duarte Souza Hrenchfeldt, 2:500\$000; Ações da Companhia Hidrantes Porto Alegre, 500\$; e Ações da distribuição da Barra de São Gonçalo, 2:250\$000.

Ações da Distribuição da Barra de São Gonçalo. Já o seguro de vida aparece somente no inventário, somando a quantia de 2:250\$653. Juntos, esses investimentos representavam pouco mais de 23% do montante do inventário. As aplicações nesse tipo de rendimentos são impressionantes. Em 10 anos, entre a feitura do testamento e a abertura do inventário, o fluxo e a variedade de companhias e apólices adquiridas pelo inventariado foi grande e em diversos níveis, tanto local e regional, com as Apólices das Câmaras Municipais de Pelotas e Porto Alegre, quanto nacional, com as aplicações em bancos, além de 5:658\$020 em dinheiro no Rio de Janeiro, referente aos juros da dívida pública.

Grande parte das fortunas avaliadas encontra-se entre bens de raiz - rurais e urbanos - e escravos. Juntos, esses bens perfazem 70% das fortunas dos charqueadores, sendo no mínimo 45% e chegando a corresponder a 93% dos bens, no primeiro período e, no segundo, 55% do total das fortunas, variando entre 31,5% e 96,5%, como observado nos apêndices 4 e 5. É interessante notar que, de forma geral, a posse de terras e escravos não se altera significativamente entre o primeiro e o segundo período, mantendo-se entre 45% e 93% no primeiro período e 31% e 95%, no segundo. Observamos a tendência de uma maior importância dos bens de raiz e dos escravos nos menores monte-mores, enquanto nos inventários com maiores monte-mores, a participação desse conjunto de bens é inferior, como podemos ver nos apêndices citados. Por outro lado, a participação do conjunto dívidas ativas (letras, contas correntes e créditos pessoais) e dinheiro é superior nos inventários com um montante de bens maior.

Chama a atenção o alto grau de imobilização do capital nos bens de raiz, principalmente nos imóveis rurais. Esse tipo de investimento se deve, em grande parte, à forma de constituição fundiária que se estruturou no Rio Grande do Sul, principalmente antes dos anos 1850. O acesso fácil à terra permitiu que se constituíssem grandes propriedades rurais, concentradas em poder de poucos proprietários. Entre os anos de 1846 e 1850 observamos que poucos charqueadores tinham investimentos nas propriedades urbanas – somente em 50% dos inventários constavam bens urbanos -, mas quando o faziam, aplicavam um capital expressivo, de 17% a 32% de suas fortunas, o que indica que esses charqueadores poderiam possuir também atividades rentistas. Já entre 1870 e 1874, a posse de imóveis urbanos é mais constante, porém menos intensa, nos inventários. Somente

dois inventariados não possuem nenhum imóvel urbano, enquanto que entre os que possuem, em apenas três casos, representam quantias consideráveis, de 9%, 12% e 26%. Nesse último caso, inclusive, o investimento em imóveis urbanos é maior do que em imóveis rurais.

Assim, o enraizamento do capital e a compra de escravos se tornavam as opções mais viáveis de investimento para os charqueadores – principalmente àqueles com menores fortunas –, aproveitando-se do fácil acesso à terra e de uma oferta contínua de mão-de-obra africana, no primeiro período. Já entre os mais ricos haveriam, como observa Helen Osório, outras opções de investimentos, decaindo assim a importância do conjunto bens de raiz e escravos entre as maiores fortunas. Nas palavras da autora,

quanto mais alta a faixa de fortuna, mais descende o percentual de escravos, pois as opções de investimento aumentavam, e os negócios diversificavam-se. A consequência era a diminuição do peso dos cativos na composição dos patrimônios.¹⁹

Nesse sentido, as outras opções de investimento podem ser observadas na presença das atividades comerciais e financeiras. Os charqueadores com maiores fortunas apresentam maior importância das dívidas ativas e de dinheiro na composição de suas riquezas, chegando a representar aproximadamente 50% do montante de suas fortunas, como no caso de Francisca Alexandrina de Castro, Maria Luiza Chaves, Carlota Batista Teixeira e Antônio José Gonçalves Chaves. A forte participação das atividades prestamistas e comerciais no grupo dos charqueadores entre 1846 e 1850 é apresentada nos quatro inventários com maior montante, tendo nessas atividades, não menos de 18% do total de riqueza. Nos quatro inventários com menor montante, a participação das dívidas ativas na composição das riquezas, não passa de 11%. No segundo período da nossa análise, o padrão se mantém, sendo que das quatro menores fortunas encontradas, duas não apresentam valores de dívidas ativas e as outras duas não contêm mais que 7% de suas fortunas nesse tipo de investimento. Por outro lado, entre os cinco charqueadores com maior capital, em três casos, o conjunto dívidas ativas e dinheiro aproxima-se de 50% do total das fortunas, delineando-se como prestamistas.

¹⁹ OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*, 2007, p. 269.

Observamos então que, nos inventários com menor montante de riquezas, prevalecem as atividades ligadas à exploração da terra e dos escravos, enquanto que os mais ricos estão ligados mais fortemente às atividades comerciais e financeiras, apesar da pouca descrição dos produtos da atividade charqueadora nas fontes analisadas. Dos 17 inventários estudados, apenas 6 apresentavam descrições de produtos como couros, charque e tijolos, o que pode nos indicar a existência de um mercado bastante ágil, não havendo excedentes ou estoques de produtos. A presença de sal nos inventários com descrições dos gêneros avaliados é constante, muitas vezes em grandes quantidades, como no inventário de Maria Luiza Chaves, onde constam 7 mil alqueires de sal, o correspondente a cerca de 91 mil litros (1 alqueire = aproximadamente 13 litros). O sal era produto básico para a produção do charque e do couro, importado principalmente da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Apesar das grandes quantidades de sal presentes na documentação analisada, a compra desse produto foi, durante os séculos XVIII e XIX, um dos grandes problemas para o abastecimento das charqueadas²⁰.

Quanto aos produtos obtidos na produção das charqueadas, charque e couros são os mais freqüentemente listados nos inventários. Infelizmente não temos como saber se esses produtos arrolados representam a produção da atividade charqueadora, mas a pouca quantidade de couros e as descrições de grande parte deste como “couro ordinário” e “avariado” nos indica que esses artigos eram aqueles não comercializados, estragados ou um pequeno estoque da produção. Outros subprodutos do charque foram encontrados somente no inventário de Antônio José Gonçalves Chaves, quando a charqueada tida em sociedade com o seu irmão, João Maria Chaves foi desfeita, de forma a proceder com a divisão dos bens do falecido. No inventário dos bens da sociedade constam também graxas e sebos em grandes quantidades. Esses subprodutos eram extraídos das partes gordurosas do boi e eram utilizados na indústria de sabão, velas e ceras. A presença de tais produtos está condicionada à época de abertura do inventário. Sendo que a produção do charque e dos subprodutos se restringia ao período entre os meses de novembro e maio, a presença desses produtos nesses meses seria mais expressiva do que nos outros meses, onde poderia ser meramente residual.

²⁰ Ver CORSETTI, Berenice. *Op. cit.*, p. 108 et. seq.

Além desses produtos, a presença de tijolos e telhas em 3 dos 6 inventários onde constam descrições dos gêneros chama atenção para uma importante atividade paralela à charqueada, a olaria. A época de abate do gado e produção do charque era entre novembro e maio. Nesse período, grande parte dos escravos era empregada no beneficiamento da carne, estando durante os outros meses do ano dedicados a outras atividades. A produção de tijolos apresentava uma forma alternativa para ocupação dos escravos, de forma a compensar a atividade sazonal da charqueada, empregando o escravo no período onde o charqueio não era exercido.²¹ Voltaremos a tratar da questão do emprego dos escravos na produção no terceiro capítulo deste trabalho. Por ora, deseja-se ressaltar a estreita relação entre a charqueada e a olaria, observada na presença de olarias em oito dos 17 inventários, muitas vezes avaliada junto da charqueada, como mais uma benfeitoria do estabelecimento da charqueada, além da já citada presença de tijolos e telhas nos inventários.

Dos 17 inventários analisados, 12 apresentam avaliação de animais, 5 no primeiro período e 7 no segundo, representando entre 0,2 e 21,8% das fortunas. Entre os animais descritos, encontramos bovinos e eqüinos em abundância, quantidades consideráveis de ovinos e alguns muares. De forma a observar o tamanho dos rebanhos descritos, analisaremos a propriedade de gado vacuum entre os charqueadores, adotando para isso algumas categorias de tamanho de rebanho, conforme utilizado por Helen Osório²².

Tabela 1.2: Quantidade de charqueadores por tamanho de rebanho

	Sem gado	1 a 100	101 a 500	501 a 1.000	Mais de 1.000
1846 - 1850	3	1	1	2	1
1870 - 1874	2	3	2	-	2

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas.

Observamos que o grupo de charqueadores é bem heterogêneo quanto ao tamanho de seu rebanho. Temos desde charqueadores sem nenhum animal até mais de 34 mil reses, como o caso de Felisbina Silva Antunes. Porém, como tratar um grupo com rebanhos de tamanhos tão diversos? A própria fonte nos dá alguns indicativos. Para isso, utilizaremos o

²¹ Para um estudo mais aprofundado da relação entre charqueada e olaria, ver GUTIERREZ, Ester J. B. *Op. cit.*

²² OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*, 2007, p. 114.

inventário de Francisca Alexandrina de Castro²³ que apresenta, na descrição de seus bens, a divisão dos animais entre duas unidades produtivas, a charqueada e a fazenda. Das 943 reses inventariadas, 150 encontravam-se na charqueada, enquanto que 793 estavam na fazenda. Essa divisão pode nos indicar que as reses eram mantidas na fazenda, sendo deslocadas para a charqueada em grupos menores. Na charqueada, permaneceriam por um tempo curto, até serem abatidas e carneadas. Assim, a maioria dos rebanhos encontrados nos inventários analisados representavam a matéria-prima a ser consumida na charqueada ao longo de um período. Porém, alguns charqueadores possuíam rebanhos de tamanhos consideráveis, com mais de 500 reses, o que pode nos indicar a criação de gado. Entre os anos de 1846 e 1850, três charqueadores possuem mais de 500 cabeças de gado, são eles Teresa da Silva Santos de Oliveira, Francisca Alexandrina de Castro e José Rodrigues Barcellos, com 707, 943 e 5138 reses, respectivamente. Já entre 1870 e 1874, os dois maiores rebanhos compõem-se por mais de 1000 reses, sendo 3372 possuídas por Maria Luiza Chaves e 34263, de Felisbina Silva Antunes.

Para entendermos se haviam criadores de gado entre o grupo de charqueadores estudado, precisamos ir além do tamanho dos rebanhos e observarmos a posse de estâncias²⁴. Entre os inventários do primeiro período, encontramos em cinco a presença de estâncias. Em dois deles (o inventário de Teresa da Silva Santos d'Oliveira e o de Maria Angélica Barbosa), inclusive, a charqueada aparece como uma das benfeitorias das estâncias. Entre 1870 e 1874, em cinco inventários encontramos descrição de estâncias e campos – um deles, uma data de terras e matos na Serra dos Tapes, denominada “Invernada”, de propriedade de Matildes Vinhas Lopes, único inventário onde a charqueada não é descrita como uma unidade produtiva independente, mas como uma benfeitoria localizada nessas terras. Dois pontos ficam evidentes nessa análise: primeiramente, há a presença importante de estâncias entre os bens do grupo estudado, sendo que cerca de 60% deles detinham tal tipo de propriedade; finalmente, fica evidente que em alguns casos a charqueada não é a principal atividade desses indivíduos.

²³ APERS. *Inventário de Francisca Alexandrina de Castro*. Pelotas, nº 293, cx. 397, Vara de Família, Sucessão e Provedoria, 1848.

²⁴ Segundo Osório, no século XVIII, “estância” tinha o significado de *propriedade em que se cria gado*, tendo se transformado, durante o século XIX e XX, em sinônimo de grande estabelecimento exclusivamente pecuário. Ver: OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*, 2007, p. 103 e 104.

Infelizmente, somente um estudo mais intenso nessa questão poderia trazer resultados concretos sobre a criação de gado entre os membros do grupo analisado, o qual não nos ateremos na presente pesquisa por não representar o nosso objeto. O que interessa à nossa pesquisa é que se havia criação de gado, provavelmente apenas no caso de Felisbina Silva Antunes (com mais de 34 mil reses) haveria plena autonomia no abastecimento de matéria-prima animal para as charqueadas. Entre os outros charqueadores, a criação de gado representava uma alternativa de abastecimento, mas que não tornava a produção do charque autônoma da compra de gado de outros criadores. Segundo Berenice Corsetti, o abastecimento de matéria-prima foi um dos grandes problemas enfrentados pelos charqueadores, principalmente em relação com a concorrência com os *saladeros* platinos, que tinham acesso a um gado com melhor qualidade e menor preço. Alguns dos fatores que prejudicavam o acesso dos charqueadores à compra do gado estavam relacionados à própria conjuntura do Rio Grande do Sul no período, tais como as guerras, tanto em relação à fronteira com o Uruguai quanto à Guerra dos Farrapos, as pestes, os carrapatos, além da alta taxaço do gado promovida pela administração brasileira. Além disso, segundo a autora, os interesses dos criadores e dos charqueadores no Rio Grande do Sul situavam-se em pontos diversos e, muitas vezes, opostos. Enquanto os charqueadores procuravam e forçavam a diminuição do preço do gado, os estancieiros muitas vezes preferiam vender suas reses às províncias mais ao norte, na procura de um mercado onde seu produto fosse mais valorizado. Dessa forma, o abastecimento de gado para as charqueadas dependia muitas vezes do gado importado do Estado Oriental, normalmente em forma de contrabando²⁵.

Encontramos na documentação analisada, um inventário onde constavam grandes porções de terras no Uruguai e quantidades consideráveis de animais nessas propriedades. É o caso de Felisbina Silva Antunes, casada com o Coronel Aníbal Antunes Maciel. Entre suas propriedades rurais, havia nove fazendas no Uruguai, sendo que, em sete delas, existiam grandes concentrações de animais, entre mil e 17 mil reses em cada uma. A posse de terras no Estado Oriental foi revelada por Berenice Corsetti no seu estudo sobre a charqueada gaúcha. A autora explica a presença de propriedades rurais naquela república às tentativas dos charqueadores de “melhorar a situação de seus negócios, aproveitando as condições

²⁵ CORSETTI, Berenice. *Op. cit.*, p. 79 et. seq.

muitas vezes favoráveis oferecidas pelo Uruguai, tanto em termos de pastagem, gado, política tributária e infra-estrutura de transportes”²⁶.

Antes de partirmos para o último ponto a ser analisado nesse capítulo, a posse de escravos, faremos algumas observações a outro investimento importante dos charqueadores: as embarcações. Por se localizarem às margens dos canais próximos à Lagoa dos Patos, as charqueadas dependiam deles para o transporte da sua produção até Rio Grande. Vê-se a importância do transporte fluvial na presença de embarcações nos inventários. Dos 17 charqueadores, somente dois no primeiro período e quatro no segundo período analisado não possuíam embarcação alguma. Os investimentos nesses bens eram altos, mas nem sempre se expressavam na participação dessa categoria nas fortunas dos charqueadores, como observamos nos apêndices 1 e 2. Entre as embarcações, as mais freqüentes são iates, brigues e patachos. O valor de tais embarcações poderia ser alto, chegando à cifra de 40:000\$000, no caso do Patacho Salsipuedes de propriedade de Felisbina Silva Antunes. Quanto aos iates, as embarcações presentes na maioria dos inventários, seu valor rondava os 10:000\$000 na maioria dos casos. De forma geral, havia a preocupação dos charqueadores com o investimento no transporte da produção.

Fazendo um balanço do que foi analisado até o momento, percebemos que o grupo de charqueadores detinha investimentos em diversos bens e atividades, mostrando a capacidade financeira para dinamizar as suas aplicações e diversificar os seus negócios. Esse quadro é bem diferente do exposto por um inquérito entre estancieiros e grandes negociantes, proposto pela Junta da Fazenda do Rio Grande em 1805 para investigar a capacidade de cinco sócios gaúchos, identificados como charqueadores, em honrar a arrematação do contrato dos dízimos para a qual se candidatavam. O resultado do inquérito apontou que, entre os cinco sócios, três não teriam terras próprias. Além disso, as declarações registradas foram semelhantes à seguinte:

[...] as fábricas de charquear carnes neste país consistem em uma casa feita de paus a pique coberta de palhas com as mesas e cochos para salgar as carnes, e no campo várias estacas com paus atravessados em que nas mesmas se secam, de sorte que uma das melhores não pode custar mais de

²⁶ Ibidem, p. 190.

500 até 600\$000 e fora daquele ministério para o qual foram destinadas não têm valor algum.²⁷

Se no começo do século XIX o grupo de foi descrito nesses termos, na metade do século, os investimentos dos charqueadores eram variados e demonstravam boas condições econômicas, com altos montantes de fortunas, terras, embarcações e grandes proporções de capital em dívidas ativas.

Partindo para o último ponto a ser analisado nesse capítulo, centraremos os nossos esforços no investimento com a aquisição de escravos. A participação dos escravos nas fortunas dos charqueadores é bastante sugestiva. Em somente dois inventários entre os anos 1846 e 1850, os escravos representam menos de 15% das fortunas arroladas. De forma geral, o valor dos escravos representa de 5% a 28% do monte-mor dos inventários. Entre 1870 e 1874, apesar de não ser tão expressiva, a posse de escravos é também significativa. Com exceção de três casos onde os escravos representavam 4,5%, 9% e 10,8% dos bens dos charqueadores, a participação dos cativos é próxima ou superior aos 15%, chegando a representar 44,8%. Sendo assim, os investimentos na aquisição de escravo pelos charqueadores são bastante significativos. No primeiro período, no qual a aquisição de cativos africanos era facilitada por uma entrada expressiva de africanos no Brasil, abastecida pelo tráfico transatlântico, os valores dos plantéis analisados flutuam entre 5:702\$000 e 84:570\$000, enquanto que no segundo, no qual o tráfico de escravos havia sido extinguido, esses valores variam entre 10:300\$000 e 173:700\$000.

Se olharmos para a quantidade de cativos inventariados, encontramos entre 1846 e 1850, 633 escravos, com uma média de 80 escravos por inventário, variando de um mínimo de 21 e um máximo de 175. Esses números diminuem consideravelmente no segundo período de nossa análise. Os nove charqueadores com inventários entre 1870 e 1874 possuem juntos, 386 escravos, o que dá uma média de 43 escravos por proprietário, variando entre 21 e 159. Helen Osório, ao estudar a elite mercantil existente em 1808 no Rio Grande do Sul colonial, especificamente ao analisar as fortunas do subgrupo nomeado pela autora de *comerciantes-charqueadores*, destaca-os como sendo os maiores proprietários de escravos, possuindo, cada proprietário, uma média de 67 cativos²⁸. Comparando os nossos

²⁷ *Inquirição sobre os bens dos sócios*, 11/12/1805. Apud: OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*, 2007, p. 323.

²⁸ OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*, 2007, p. 310.

dados com o da autora, podemos observar que, entre o início e a metade do século XIX houve um aumento considerável (aproximadamente 20%) da média de escravos possuídos pelos charqueadores e um decréscimo de quase 50% entre 1850 e 1870.

A primeira conclusão que podemos fazer em respeito à propriedade de escravos é que a conjuntura econômica promovida pela Lei Eusébio de Queirós dificultou a posse de cativos nas charqueadas pelotenses, vista em números absolutos e números médios de escravos por propriedade. Assim, se houve a possibilidade dos charqueadores manterem os investimentos, visto que o percentual da fortuna aplicado em escravos sofre poucas alterações entre os dois períodos estudados, o mesmo não ocorre quando observamos os tamanhos de plantéis. Entre os anos de 1846 e 1850, três charqueadores possuem até 40 escravos e dois, mais de 100. Já entre os primeiros quatro anos da década de 1870, encontramos quatro charqueadores com até 20 cativos, dois com mais de 20 e menos de 30 e somente um inventário onde constam mais de 100 escravos. Tais indicativos nos mostram certa dificuldade na aquisição de escravos devido ao alto custo de compra, por um lado, mas também condições econômicas que possibilitaram, em alguns casos, o investimento expressivo, próximos e superiores a um quarto das fortunas, em cativos. É o que vemos ao atentarmos para os valores brutos dos plantéis, onde é perceptível um aumento considerável entre um período e outro (ver apêndice 3). Assim, se a Lei Eusébio de Queirós e o decorrente aumento do preço dos escravos dificultaram a manutenção de grandes plantéis, os investimentos em escravos permaneceram altos frente aos investimentos em outros bens e tiveram um aumento considerável em valores absolutos nos 20 anos posteriores à promulgação da lei em questão.

Fernando Henrique Cardoso no seu estudo sobre o capitalismo e a escravidão no Rio Grande do Sul, ao analisar a atividade escrava nas charqueadas e, utilizando principalmente os relatos de viajantes que estiveram na Província do Rio Grande do Sul no século XIX, admite que não existia, na época do seu estudo, uma referência ao número de africanos importados para a exploração de charque, mas que uma charqueada ocupava, em média, 80 escravos, segundo Saint-Hilaire. O mesmo autor também cita Louis Couty, que afirma que as charqueadas ocupavam no final do século XIX, entre 60 a 90 escravos, além de alguns

trabalhadores livres²⁹. Assim, os nossos dados mostram que é necessário relativizar os relatos de viajantes, que não parecem concordar com os dados obtidos através de outras fontes.

Comparando com os dados apresentados por outros autores para outros contextos econômicos no Brasil, vemos que os números encontrados para as charqueadas pelotenses são expressivos. A partir de um recenseamento de todos os proprietários de cativos executado sob ordem do governador da Bahia em 1816 e 1817, Stuart Schwartz, através das listas das vilas de Santo Amaro e São Francisco, onde foram registradas informações sobre a ocupação dos escravistas, analisa a propriedade de escravos em diversas atividades econômicas. O maior número médio de cativos pertencia aos 165 senhores de engenho presentes nessa lista. Entre esse grupo, a média era de 65,5 escravos por senhor³⁰.

Já Herbert Klein, ao analisar o censo realizado em Minas Gerais no ano de 1804, nos aponta para esse ano, médias de 22,9 e 11,8 escravos para os proprietários de escravos ligados à atividade mineradora em São Caetano e Vila Rica, respectivamente³¹. É preciso ter um pouco de cuidado ao utilizar esses dados, pois, como o próprio autor nos alerta, nesse período, a economia mineradora se encontrava em franco recesso, com o empobrecimento da população estabelecida nas Gerais e o esvaziamento dos núcleos urbanos ali existentes. Quando a atividade principal do proprietário de escravos é a agricultura, as médias são de 9,6 e 13 cativos por senhor nas mesmas regiões.

Em São Paulo, a partir dos maços de população para os anos de 1777, 1804 e 1829, Francisco Vidal Luna nos apresenta também um estudo da estrutura de posse de escravos³². Esse período abarca um contexto de transição de uma economia baseada em cultivos de subsistência para outra, na qual tais cultivos foram substituídos por outros, como o café e o açúcar, destinados ao mercado externo. Mesmo assim, até o final do período abordado pelo autor, o café ainda não havia se implantado como principal produto de exportação da região, sendo a produção de açúcar a atividade mais ocorrente nas vilas mais populosas de

²⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Op. cit.*, p.. 71.

³⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. P. 361 e 362.

³¹ KLEIN, Herbert. *Minas Gerais: Escravos e senhores*. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718 – 1804). São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. P. 129.

³² LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: População, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777 – 1829). *Estudos Econômicos*, v. 28, n. 1. São Paulo: FIPE/USP, pp. 99-169, 1988.

São Paulo³³. Podemos observar a predominância da atividade açucareira ao compararmos números médios de escravos entre os agricultores dedicados ao cultivo da cana-de-açúcar e do café no ano de 1829 em toda Província: 10,42 destes contra 31,39 daqueles.

Mesmo tendo em conta as diferenças conjunturais das localidades apresentadas e a variedade de fontes utilizadas, a partir dos dados mostrados acima, o número médio de escravos encontrado para as charqueadas pelotenses é digno de destaque. A comparação da charqueada com outras atividades econômicas (produção de açúcar, mineração e cultivo do café) em regiões voltadas para a economia de exportação nos mostra que, pelo menos em Pelotas até o terceiro quartel do século XIX, as grandes concentrações de escravos no Brasil não estão somente nas regiões mineradoras e nas *plantations*, mas que naquelas voltadas ao abastecimento interno também existiam recursos e atividades que demandavam uma grande quantidade de cativos e capazes de resistir à crise de mão-de-obra provocada pelo fim do tráfico transatlântico de escravos.

Observamos ao longo desse capítulo a heterogeneidade dos investimentos dos charqueadores nos dois períodos estudados. Os dados nos indicaram que a categoria de charqueador é mais complexa e emprega esforços maiores do que o abate do gado, a salga da carne e do couro, não compreendendo a charqueada o único esforço econômico do que tratamos até aqui por “charqueadores”. Quanto abordamos essa categoria, devemos pensar em sujeitos que se dedicavam, muitas vezes simultaneamente, à produção do charque, ao fabrico de tijolos, à criação de gado, ao comércio e às atividades financeiras, buscando investir diversificadamente para garantir, além do fácil acesso à matéria-prima, segurança a suas aplicações em um mercado instável. Também devemos estar atentos para a possibilidade de a charqueada não ser o principal investimento desses indivíduos, demonstrando que entre os criadores também poderia haver o interesse pelo estabelecimento da produção e comercialização do charque. Infelizmente, somente com o estudo do ciclo de vida desses charqueadores poderíamos apresentar conclusões definitivas sobre a principal atividade de cada um desses indivíduos.

³³ *Ibd.*, p. 101.

Por outro lado, foi observado que a frágil circulação monetária e o grande peso do enraizamento do capital indicam que havia poucas opções de investimento, baseando-se normalmente em bens de raiz, escravos e dívidas ativas. Apesar disso, parece-nos que as opções de investimento se diversificaram entre um período e outro do nosso estudo, principalmente no tocante às aplicações em ações, apólices e às compras de imóveis urbanos, mas também em relação à monetarização do capital e ao acesso aos bens móveis, como mobiliários e jóias.

Quanto à posse de escravos, ela será estudada mais a fundo nos próximos capítulos, mas o estudo aqui apresentado demonstra que, se por um lado, houve um impacto muito grande, marcado pelo decréscimo no número médio de escravos por charqueada – de 80 para 43 –, por outro, a participação percentual de escravos no total das fortunas manteve-se semelhante. Ou seja, os investimentos percentuais em escravos, em relação aos totais das fortunas, permaneceram semelhantes, porém esse investimento em 1870 possibilitava a posse de pouco mais de metade dos escravos do que no período anterior. Parece-nos que, com o fim do tráfico, o encarecimento dos escravos teve um impacto muito grande na aquisição de trabalhadores para as charqueadas, que puderam ainda ampliar o capital investido na aquisição de escravos, mas que não puderam manter o tamanho dos plantéis de outrora. Voltaremos à questão dos preços dos cativos no terceiro capítulo desse estudo, onde daremos atenção também aos ofícios desses trabalhadores. No próximo capítulo veremos como a conjuntura promovida pela Lei Eusébio de Queirós alterou o perfil da escravaria das charqueadas quanto à idade, sexo e origem dos escravos.

Capítulo II: PERFIL DEMOGRÁFICO DOS ESCRAVOS – SEXO, ORIGEM E IDADE

Iniciamos agora o estudo da escravaria das charqueadas pelotenses. Vimos no capítulo anterior que os investimentos dos charqueadores em escravos eram expressivos antes de 1850 e assim permaneceram, pelo menos até 1874, porém sem manter a mesma proporção nos tamanhos dos plantéis entre os dois períodos, passando de uma média de 80 escravos por proprietário para 43. Porém, a pesquisa aqui proposta pretende ir além dessa constatação, verificando qual a evolução demográfica da escravaria, como as características demográficas (sexo, origem e idade) se transformam ou não em decorrência da sobredita lei; enfim, quais as opções adotadas pelos charqueadores na manutenção dos seus escravos.

Temos presente, portanto, dois momentos distintos para analisarmos. No primeiro, no qual o fluxo de escravos para o Brasil era constante, a existência do tráfico atlântico possibilitava um fácil e barato acesso à compra de cativos. No segundo momento, a proibição do tráfico externo implica em duas conseqüências importantes: a ampliação de um mercado interno e, conseqüentemente, um tráfico interno de escravos, e um aumento do valor dos cativos, causado pela alta demanda, por parte dos empresários das regiões centrais do Brasil, de trabalhadores para a produção do café e outros produtos de exportação. Essa demanda era grande principalmente para um grupo da escravaria: os adultos do sexo masculino, aqueles em idade e condições produtivas.

Analisando os nossos dados, como já foi destacado no capítulo anterior, encontramos, entre 1846 e 1850, 633 escravos arrolados em oito inventários, enquanto que entre 1870 e 1874, apenas 386 cativos distribuídos entre nove charqueadores. Entre os 633 escravos presentes nos inventários de charqueadores do primeiro período, 75% são do sexo masculino e 24%, do feminino. Esse alto grau de masculinidade está ligado às características do tráfico transatlântico de cativos, como nos apontam alguns trabalhos dedicados a essa atividade. O estudo de Herbert Klein sobre o tráfico negreiro para os portos do Rio de Janeiro, Pernambuco e São Luís no século XVIII aponta para uma taxa de mulheres importadas de 30% a 40% do total de escravos³⁴. Na primeira metade do século XIX os dados

³⁴ KLEIN, Herbert. *The middle passage*. Princeton, 1975, p. 35-7, 49-50. Apud: SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, p. 286.

de Manolo Florentino e Gabriel Berute podem nos orientar mais de perto sobre a taxa de masculinidade do tráfico de escravos. Florentino calcula em 76% a quantidade de cativos do sexo masculino do total de escravos exportados por via marítima e terrestre a partir do Valongo e do porto da cidade do Rio de Janeiro entre 1822 e 1833³⁵. Na sua dissertação, Gabriel Berute, ao estudar o tráfico de escravos para o porto de Rio Grande entre 1788 e 1824, aponta para uma taxa de 69% de homens entre os cativos vindos para o Rio Grande de São Pedro³⁶.

Nos plantéis das charqueadas, entre 1870 e 1874, a proporção de homens entre os escravos teve um crescimento considerável em comparação ao período anterior. Entre esses anos, os escravos do sexo masculino representavam 86,5% dos 386 cativos arrolados, enquanto as mulheres, apenas 13,2%. Muito mais do que reflexo das características dos escravos ofertados pelo tráfico transatlântico até o ano de 1850, a grande presença de cativos do sexo masculino na década de 1870 demonstra o interesse dos charqueadores na compra via tráfico interno e na manutenção dos seus trabalhadores. Para observarmos a divisão dos escravos por sexo de forma mais próxima à realidade das charqueadas, os apêndices 6 e 7 mostram a participação de ambos os sexos em cada plantel analisado, além da razão de masculinidade³⁷. Alguns escravos, na nossa fonte, são apresentados como “cria”, sendo muitas vezes, recém-nascidos e ainda não batizados, sem apresentarem descrição de sexo. Mantivemos essa descrição na nossa análise.

Assim, vê-se que os escravos do sexo masculino são maioria, compondo entre 71% e 91% dos cativos dos diferentes plantéis no primeiro período, enquanto as mulheres são minoria variando de 8% a 29%, com exceção de um plantel, o de Maria Angélica Barbosa, onde a distribuição dos sexos é bem equilibrada. Já no segundo período essas porcentagens são mais extremas: a participação das mulheres varia entre 3,3% e 36,4% enquanto que os homens são no mínimo, dois terços dos escravos. A quantidade de crias é pouco expressiva, sendo somente cinco casos, quatro no primeiro período e um no segundo.

³⁵ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Apêndice 6, p. 221.

³⁶ BERUTE, Gabriel. *Op. cit.*, p. 55.

³⁷ Para o cálculo da razão de masculinidade, divide-se o número total de homens pelo número de mulheres e multiplica-se o resultado por 100. A razão de masculinidade indica a quantidade de homens presentes para cada grupo de 100 mulheres.

No primeiro período, devemos destacar o inventário de Maria Angélica Barbosa e o equilíbrio entre os sexos dos cativos nesse plantel, destoando dos outros plantéis analisados. Voltemos nossos olhares um pouco para esse plantel, já que as boas descrições dos escravos podem nos dar indicativos para entendermos as suas especificidades e o equilíbrio entre os sexos desse grupo de cativos. Dos 136 escravos arrolados, podemos identificar a origem de 71 (52% do total). Desses cativos com origem identificada, temos 29 crioulos e 42 africanos. Se considerarmos a descrição da cor dos escravos, podemos enriquecer os dados a serem analisados. Para tal, consideramos os escravos mestiços (mulatos, pardos e cabras) como crioulos, nascidos no Brasil³⁸. Dessa forma, acrescenta-se 16 mestiços ao grupo dos crioulos. Somando estes àqueles, temos 45 crioulos e 42 africanos, que representam respectivamente 33% e 30% do total dos escravos. Se nos detivermos na idade do plantel veremos que é grande a presença de crianças entre 0 e 14 anos, participando em mais de um quarto do total de escravos e principalmente, é importante entre as crianças, a presença de crianças entre 0 e 9 anos, com 24 indivíduos, representando quase 18% do plantel. Apesar de quase 50% dos escravos serem da idade adulta, compreendida entre os 15 e 49 anos, a presença expressiva de crianças é um fator importante para a distribuição sexual.

Tendo em vista esses dados, podemos acreditar que o equilíbrio sexual desse plantel pode estar ligado às características jovens do grupo de escravos e à participação significativa de crioulos, mas o indicativo mais preciso parece estar nas relações de parentesco dentro do plantel. Esse inventário é extremamente rico na descrição da filiação dos escravos, apresentando esse tipo de informação para 62 dos 136 escravos. Temos uma rede de filiação tão grande que 11 crianças vivem com suas avós (Rosa Catarina, Simpliciana e Rosa Antônia) no mesmo plantel e que, das 35 mulheres com mais de 15 anos, 20 têm pelo menos um filho. Esses dados nos apontam que, no que se refere à reposição de cativos, a reprodução natural dos escravos foi uma opção tão ou mais expressiva que a compra via tráfico. É

³⁸ Consideramos que a cor descrita para um escravo representa muito mais do que uma graduação da tonalidade de pele, mas um *status* social do indivíduo. Assim, os escravos mestiços (mulatos, pardos, cabras) foram considerados como crioulos, nascidos no Brasil. Ver: BERUTE, Gabriel. *Op. cit.*, p. 51, nota nº 88; FRAGOSO, João; FERREIRA, Robert. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada, despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. *Seminário de História Quantitativa*, UFOP, 2000; CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1955; MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982; SCHWARTZ, Stuart. *Op. cit.*, p. 288.

importante observar que, quando consideramos que a alternativa para a reposição de cativos é a reprodução dos mesmos, a tendência é de equilíbrio entre os sexos, proporcionado por uma ação natural e não exterior como o tráfico de escravos onde é possível escolher o sexo do escravo a ser comprado.

Outro fator que pode explicar a maior presença de mulheres neste plantel está ligado às atividades exercidas pelos escravos. Parece-nos que a charqueada não era a principal atividade desse plantel. De fato, no inventário não há referência direta à charqueada, só sendo possível identificar a produção de charque através da descrição de utensílios da charqueada e de escravos carneadores. No testamento anexo ao inventário, Maria Angélica Barbosa afirma ser casada com o Capitão João Francisco Vieira Braga, fazendeiro e comerciante. Além disso, entre os bens arrolados, percebemos uma grande quantidade de instrumentos para costura como teares e engenhos para fiar algodão, indicando a necessidade de mulheres para o serviço doméstico. Assim sendo, a presença significativa de mulheres no plantel de Maria Angélica Barbosa pode ser explicada, além da suposta opção da reprodução interna dos escravos como forma de reposição de cativos, pela própria demanda de escravos exigida pelas atividades exercidas pelos cativos.

Voltando ao universo de escravos, para o grupo de charqueadores com inventário entre 1846 e 1850, nossos dados apresentam uma razão de masculinidade de 311, ou seja, 311 homens a cada 100 mulheres, enquanto que para o grupo com inventários entre 1870 e 1874, a razão de masculinidade é de 645, conforme pode ser observado nos apêndices 6 e 7. Se retirarmos o inventário de Maria Angélica Barbosa, destoante dos outros, teríamos para o primeiro período uma taxa de masculinidade igual a 467. Analisando os engenhos da Bahia nos séculos XVI e XVII, Stuart Schwartz³⁹ encontra números aquém do que encontramos nas charqueadas. A razão de masculinidade encontrada pelo autor varia de 123 a 233 homens a cada 100 mulheres nos engenhos baianos. Percebe-se a preferência acentuada entre os charqueadores pela posse de escravos do sexo masculino, tendo destaque para o segundo período da nossa análise, onde a quantidade de homens por cada grupo de 100 mulheres dobra em relação ao primeiro.

³⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Op. cit.*, p. 286.

Os números encontrados por nós para os anos imediatamente anteriores à promulgação da Lei Eusébio de Queirós acompanham de certa forma os valores encontrados para o tráfico transatlântico de escravos. Segundo Gabriel Berute e Manolo Florentino, os cativos desembarcados no porto de Rio Grande entre 1809 e 1824, apresentavam uma razão de masculinidade de 228⁴⁰, e entre aqueles comercializados por via marítima e terrestre a partir do Rio de Janeiro entre 1822 e 1833, a razão de masculinidade era de 318⁴¹. Nesse caso, não há por que desconsiderar esse padrão de importação também para a Província do Rio Grande de São Pedro, visto a semelhança desse padrão com o perfil sexual da escravaria das charqueadas. Esses números podem nos indicar que a predominância masculina pode ter sido causada pela preferência dos charqueadores por trabalhadores, sem preocupar-se com a capacidade reprodutiva das mulheres, mas também mostram que, em alguns casos, a reprodução foi utilizada como forma de repor mão-de-obra. Nesse contexto, o tráfico transatlântico de escravos, apesar de sofrer fortes pressões diplomáticas, principalmente da Inglaterra, ainda possibilitava aos grandes escravistas brasileiros, um acesso fácil e um fluxo constante de cativos. Observa-se que, quanto ao sexo dos escravos, no geral, a demanda de escravos pelas charqueadas acompanham o padrão de oferta do tráfico.

Já no segundo período da nossa análise, carecemos de dados suficientes sobre o tráfico interno de escravos promovido na segunda metade do século XIX para podermos concluir em definitivo que tal comércio foi o responsável pelo grande afluxo de escravos do sexo masculino para as charqueadas. Teriam as charqueadas recorrido à compra de escravos do sexo masculino de outras regiões da Província do Rio Grande do Sul e do Brasil? Ou teriam procurado manter os homens para a produção do charque, vendendo as escravas para outras regiões e assim auferindo outra forma de renda? Para responder essas perguntas, continuaremos analisando o perfil demográfico dos escravos, em busca de indicativos que possam guiar as nossas conclusões.

Infelizmente, nos inventários analisados era pouco freqüente a descrição de origem dos escravos. No primeiro período do nosso estudo, apenas 25% dos escravos têm declarada a sua origem, entre crioula e africana. Apesar de não constar na documentação, para fins de enriquecer a análise, pôde-se inferir sobre a origem de alguns escravos. Trata-se daqueles

⁴⁰ BERUTE, Gabriel. *Op. cit.*, p. 55.

⁴¹ FLORENTINO, Manolo. *Op. cit.*, Apêndice 6, p. 221.

escravos muito jovens (normalmente com menos de um ano de idade, ainda sem nome, tratado no inventário como “cria”) ou aqueles filhos de escravas crioulos (como no caso de Agostinho, de 7 anos, filho da escrava crioula Eva). Em ambos os casos, consideramos esses escravos como crioulos. Também consideramos os escravos descritos com cores mestiça (mulatos, pardos, etc.) como crioulos⁴². Considerando-se os prováveis crioulos e as descrições da cor dos escravos, temos 39% dos escravos da nossa amostra com informação acerca de sua origem. Desses 247 escravos dos quais podemos inferir sua origem, 127 são africanos e 120, crioulos. Sendo assim, os cativos africanos compõem 20% do universo de escravos analisados para o período e 51,5% daqueles que possuem a sua origem identificável. Já os crioulos, representam 19% e 48,5% respectivamente.

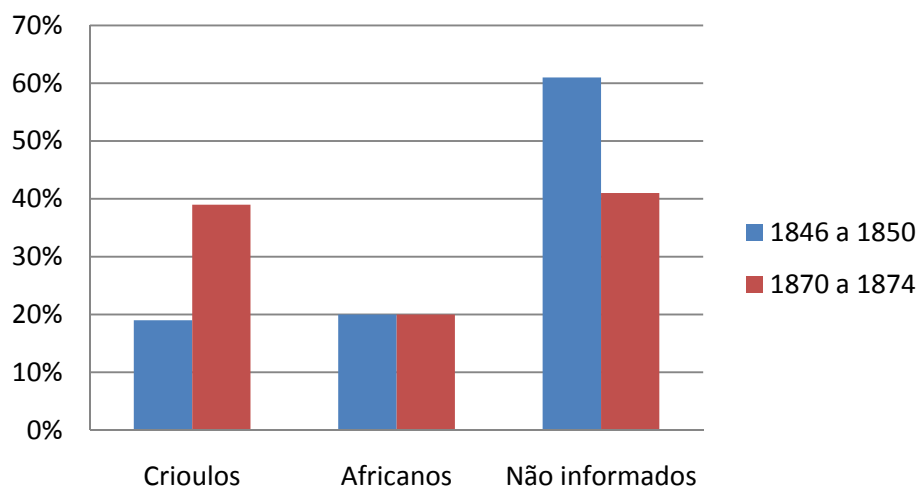
Nos inventários do segundo período da nossa análise, a presença da descrição da origem dos escravos aumenta um pouco: 38% dos cativos possuem essa informação. Da mesma forma que para o período anterior, consideramos os mestiços como crioulos, acrescentando 33 escravos sem origem declarada, mas descritos como mestiços, à nossa amostra. Acrescentamos ainda ao grupo dos nascidos no Brasil aqueles escravos cuja idade descrita indica que os mesmos nasceram depois de 1850, depois do fim do tráfico transatlântico de escravos⁴³. Dessa forma, contabilizamos 151 crioulos e 78 africanos entre os 386 escravos nesse período. Os crioulos representam 66% dos escravos com origem identificada e 39% do total de escravos enquanto que os africanos representam 34% e 20% respectivamente.

Como podemos ver no gráfico 2.1, houve um crescimento considerável da participação dos crioulos entre um período e outro e uma manutenção da proporção de africanos. Infelizmente, a sub-representação dessa característica, visualizada no alto percentual de escravos sem descrições de origem (60% no primeiro período e pouco mais de 40% no segundo), nos impede apontar conclusões mais precisas.

⁴² Conforme explicitado anteriormente.

⁴³ Para isso, desconsideramos a permanência do tráfico, de forma ilegal, principalmente nos primeiros anos da década de 1850. Os escravos menores de 20 anos, portanto, foram considerados crioulos. De fato, somente um escravo com menos de 20 anos foi descrito como sendo africano entre 1870 e 1874.

Gráfico 2.1: Origem dos escravos (%)



Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas

Para analisarmos a questão da origem mais proximamente, elaboramos os apêndices 8 e 9, que mostram a divisão dos escravos por origem dentro dos plantéis analisados. No primeiro período, nos dois plantéis em que há boas descrições da origem – o de Jerônimo José Coelho e o de José Pereira da Sá Peixoto – a presença de africanos é maior do que a de crioulos, o que demonstra a proximidade dos charqueadores com as redes do tráfico transatlântico, possibilitando a aquisição de africanos através das redes de comércio, principalmente com o Rio de Janeiro. Já no segundo período, entre os seis inventários com boas descrições da origem dos escravos, em dois os africanos são maioria (representando 57,6% e 80,9% do total de escravos) enquanto que em quatro, os crioulos predominam (entre 53% e 77% dos plantéis). Essa maior participação dos escravos nascidos no Brasil é consequência imediata da Lei Eusébio de Queirós. Interrompendo-se o afluxo de africanos para o Brasil e com o decorrente falecimento dos africanos importados na primeira metade do século, a permanência da escravidão no Brasil só pôde ser sustentada através da exploração dos cativos nascidos aqui. Mas chama a atenção a presença ainda significativa dos escravos africanos 20 anos após o fim do tráfico transatlântico, o que pode indicar certa longevidade dos cativos.

Voltando à questão do sexo dos cativos, podemos fazer um teste e observar a razão de masculinidade entre os africanos e os crioulos. A tabela 2.1 nos mostra esse teste.

Tabela 2.1: Sexo dos cativos e razão de masculinidade por origem

Origem	1846-1850			1870-1874		
	H	M	R	H	M	R
Africanos	106	21	504	73	5	1460
Crioulos	69	47	146	116	34	341
<i>Total</i>	<i>175</i>	<i>68</i>	<i>257</i>	<i>189</i>	<i>29</i>	<i>651</i>

H: Homens; M: Mulheres; R: Razão de masculinidade

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas.

Primeiramente, é possível ver que as razões de masculinidade de ambos os períodos dessa amostra é semelhante às do universo de escravos (apesar de, no primeiro período, a tabela mostrar um número relativamente mais baixo). A razão de masculinidade dos escravos com origem identificada é de 257 entre 1846 e 1850 e de 651 entre 1870 e 1874. Para o universo de escravos, como os apêndices 5 e 6 nos mostram, a quantidade de homens para cada grupo de 100 mulheres é de 311 e 654, respectivamente. Dessa forma, a amostra selecionada pode ser considerada representativa do conjunto. Primeiramente, vemos que as razões de masculinidade entre os africanos é superior do que entre os crioulos, de três a cinco vezes. Podemos explicar essa diferença no primeiro período pela alta procura de escravos do sexo masculino no tráfico transatlântico, representada pelos números referentes aos africanos. Entre os crioulos, essa preferência não é tão acentuada, devido às próprias características desse grupo, que pode nos sugerir que entre os escravos nascidos no Brasil possam existir algumas “crias da casa”, nascidos no seio da propriedade dos charqueadores e mantidos com seus pais. Infelizmente, não possuímos dados sobre o comércio de escravos dentro da província para podermos observar se existia alguma procura dos charqueadores pelos cativos nascidos em regiões próximas à Pelotas, mas nos parece viável que o número acentuado de escravos do sexo masculino entre os crioulos possa ser explicado pela compra de cativos nascidos em outros locais.

Por outro lado, quando observamos os valores do início da década de 1870 comparativamente com os do final da primeira metade do século, temos um crescimento considerável das razões de masculinidade, equilibradamente entre os africanos e crioulos, cerca de três vezes. Esses resultados nos levam a acreditar que houve uma forte participação

do tráfico interno para a aquisição de escravos, tanto crioulos quanto africanos, e que a compra foi direcionada principalmente aos escravos homens, buscando “racionalizar” o plantel de forma a voltá-lo estritamente para a produção do charque, essencialmente masculina. Alguns indícios são apresentados nos inventários e podem nos revelar a abrangência desse tráfico. Encontramos nas descrições de quatro escravos, algumas referências a outras regiões do Brasil. São esses escravos, Benedito Bahia, preto, 46 anos, marinheiro; Antônio Ceará, servente; Roberto Maceió, preto, 50 anos, marinheiro; e João, do Rio de Janeiro, servente. Além da compra de escravos de regiões periféricas da Província, os charqueadores puderam adquirir cativos de outras províncias brasileiras, participando ativamente do tráfico interno após a proibição do comércio trans-atlântico.

Está claro que a compra de cativos no contexto do final do século XIX está relacionada intimamente com a realidade econômica da região. Nos momentos de crescimento e estabilidade da produção do charque, a charqueada foi importadora de mão-de-obra enquanto que, quando a produção declina, predomina a exportação de escravos para outras regiões. É isso o que nos aponta Berenice Corsetti e Robert Slenes. Corsetti indica vários movimentos de entrada e saída de escravos do Rio Grande do Sul. Os dados analisados pela autora mostram que, entre 1847 e 1851, a província foi importadora de escravos, situação que a autora generaliza para a primeira metade do século XIX. Porém,

A partir de 1852, a situação se inverte, e a província passa a exportar mão-de-obra em proporções maiores, numa tendência que se mantém até 1858. De 1859 a 1863, é perceptível que a economia sulina se torna novamente importadora de escravos e [...] deve ter se mantido até o final da década de 1860, já que, em 1868, encontramos o maior volume de charque exportado em toda a segunda metade do século XIX⁴⁴.

Na década de 1870, a região começa a perder escravos mais uma vez, principalmente para as regiões cafeeiras de São Paulo e Rio de Janeiro, fruto do processo de desarticulação da charqueada no período. É o que Robert Slenes aponta quando analisa o tráfico interno através do Centro-Sul cafeeiro. Segundo o autor, o declínio da produção do charque na segunda metade da década de 1870 estimulou o tráfico para as regiões de cafeicultura. “Em Campinas em 1877 e 1878-79, respectivamente 25% e 17% dos escravos transacionados

⁴⁴ CORSETTI, Berenice. *Op. cit.*, p. 144.

eram do Rio Grande do Sul, proporções muito maiores do que em anos anteriores”⁴⁵. Dessa forma, nos inventários analisados entre 1870 e 1874 é retratado esse afluxo de cativos para a província, principalmente no tocante aos cativos do sexo masculino.

Quanto à origem, podemos inferir também sobre a nação, região ou porto de origem dos 127 escravos africanos que apresentam tais informações. Em muitos casos, os africanos são descritos com origens genéricas, como “África”, “da costa” ou “nação”, mas algumas descrições mais precisas aparecem na documentação. É importante destacar que essas informações não são por si só inteiramente confiáveis. A descrição da nação informada é uma atribuição muitas vezes baseada nos portos africanos de embarque, que não reconhecia diferenciações étnicas, políticas, culturais e religiosas das sociedades africanas. Sendo assim, a origem geográfica indicada por *mina*, *gege*, *angola*, etc., não constitui uma informação necessariamente indicativa do local de nascimento do indivíduo escravizado. Em geral, quando o documento menciona o termo “nação”, estão se referindo aos portos africanos nos quais os mesmos foram embarcados. Dessa forma, grupos de diversas etnias e capturados em diferentes regiões eram registrados sob a mesma designação. É importante ressaltar que provavelmente não havia uma preferência por escravos de uma origem específica. Segundo Schwartz, na Bahia, “em geral, os senhores de engenho compravam o que havia disponível [...] quando a necessidade premia aparentemente compravam o que houvesse no mercado. Idade, saúde e sexo eram certamente determinantes mais importantes [...] do que a sua origem étnica”⁴⁶. Sendo assim, a análise que se seguirá não representa as preferências dos charqueadores por escravos de uma origem étnica ou região específica da África, mas nos apresenta a oferta de cativos proporcionada pelas redes transatlânticas de tráfico.

É interessante notarmos que, dentre os escravos que apresentavam descrições sobre a sua procedência, é expressiva a participação da região da África Ocidental. Cabe lembrar que, a partir de 1815, existe uma pressão internacional muito forte por parte da Inglaterra pelo fim do tráfico de escravos ao norte do Equador. Essa proibição não está expressa nos nossos números, que mostram 68 africanos oriundos dessa região, sendo 57 da Costa da

⁴⁵ SLENES, Robert. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. IN: DA COSTA, Iraci Del Nero (Org.). *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas-USP, 1986, p. 133.

⁴⁶ SCHWARTZ, Stuart. *Op. cit.*, p. 283.

Mina (40 no primeiro período e 17 no segundo) e 11 denominados como Nagô (10 e 1, respectivamente). Os dados apresentados por Gabriel Berute mostram que, entre o período que abrange os anos de 1809 e 1824, houve um crescimento da participação dos escravos com origem da África Ocidental, sendo o grupo mais significativo, os chamados *mina*⁴⁷. Os dados de Manolo Florentino⁴⁸ nos dão um indicativo interessante sobre essa questão. Para o autor, a participação da África Ocidental, já pequena entre 1795 e 1811, decresceu até desaparecer em 1816. Porém, afirma o autor, “mesmo depois deste ano muitos cativos da África ocidental continuaram a entrar na província [Rio de Janeiro], provenientes de outras áreas do Brasil (da Bahia, por exemplo)”. A presença de escravos da África Ocidental pode nos indicar a importância, neste período, de uma rede de tráfico entre a Bahia e o Rio Grande do Sul. Segundo Berute, “é possível ainda que essa importante participação dos escravos que, normalmente supriam à demanda da Bahia, possa estar relacionada ao crescimento dos despachos de escravos desta capitania com destino ao Rio Grande de São Pedro, verificada entre 1811 e 1820”⁴⁹. A Bahia foi, pelo menos a partir do início do século XIX, um dos grandes consumidores do charque pelotense. Os dados de Helen Osório mostram que, entre 1802 e 1817, o porto da Bahia foi o principal destino do charque do Rio Grande do Sul, sendo superado pelo Rio de Janeiro somente a partir de 1820⁵⁰. Ao analisar a balança comercial do Rio Grande, a autora também aponta para a importância das importações provenientes da Bahia, sendo superadas apenas pelas oriundas do Rio de Janeiro. As importações eram compostas principalmente por sal, sendo a Bahia o maior fornecedor, escravos, açúcar, fazendas secas e ferragens estrangeiras⁵¹.

Quanto às outras regiões africanas, temos uma participação também significativa da região central-atlântica, com 42 escravos provenientes dessa região (34 entre no primeiro período analisado e 8 no segundo). Entre os cativos oriundos dessa região, prevalecem os africanos do Congo, de Angola, Benguela e Cabinda. Por outro lado, é pouco expressiva a presença de africanos oriundos da região da África Oriental, apenas três escravos da região de Moçambique. Os dados apresentados tanto por Florentino quando por Berute são de

⁴⁷ BERUTE, Gabriel. *Op. cit.*, p. 74.

⁴⁸ FLORENTINO, Manolo. *Op. cit.*, p. 79 et. seq.

⁴⁹ BERUTE, Gabriel. *Op. cit.*, p. 75.

⁵⁰ OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*, 2007, p. 195 et. seq.

⁵¹ *Ibidem*, p. 215.

crescimento da participação da região oriental da África entre a primeira década do século XIX e os anos de 1830. Essa crescente importância da região não foi observada na escravaria das charqueadas pelotenses, mas os nossos dados não devem ser tomados em definitivo, visto a pouca frequência dessa informação: apenas 13% do universo de escravos arrolados apresentam descrita a nação de origem.

Uma característica presente na maioria das descrições sobre os escravos arrolados nos inventários é a idade. Dos 633 escravos descritos nos inventários de charqueadores entre 1846 e 1850, é possível classificar quase 75% dentro de uma faixa etária (criança, adulto ou idoso) e um pouco menos, 72,5%, são descritos com idades numéricas. Enquanto isso, no segundo período estudado, 82% dos escravos são descritos com idades numéricas e 84% podem ser inseridos dentro de uma das categorias utilizadas na pesquisa. Mesmo com a presença dessa descrição na maioria dos escravos inventariados, algumas críticas a esses dados precisam ser feitas. Segundo Schwartz, a dificuldade em atribuir idades aos escravos está relacionada ao arredondamento e estimativas feitas pelos senhores, muitas vezes tratando-se de suposições com base na aparência do cativo⁵². Nos inventários, muitas vezes os escravos são identificados por categorias etárias descritivas que não necessariamente estão relacionados com uma idade numérica, tais como: moleque, cria de peito, menor, velho, entre outros. Na nossa pesquisa, os cativos descritos como “cria de peito” e “menor” foram considerados crianças, enquanto os “moleques” foram incorporado no grupo entre 10 e 15 anos e os “velhos”, idosos⁵³. Assim, as categorias etárias utilizadas por nós foram: *criança*, *adulto* e *idoso*. Por *criança* entendemos aqueles cativos entre 0 e 14 anos; *adultos*, aqueles pertencentes à faixa entre 15 e 49 anos; e *idosos* foram considerados os escravos com mais de 50 anos⁵⁴.

O gráfico 2.2 nos mostra a divisão dos escravos arrolados nos inventários dos charqueadores de acordo com a sua faixa etária. É notável a presença maciça de cativos

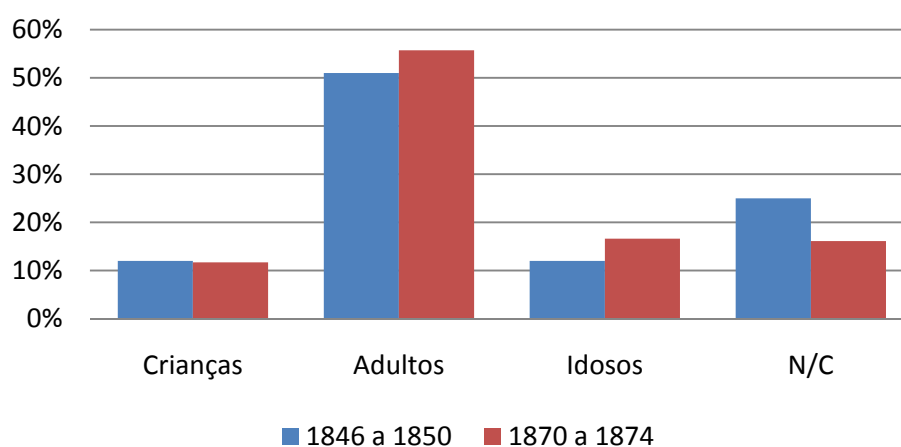
⁵² SCHWARTZ, Stuart. *Op. cit.*, p. 288.

⁵³ Seguimos os indicativos de Stuart Schwartz. Segundo o autor, “na Bahia, ‘crias de peito’ eram bebês de um ano ou menos [...], ‘moleque’ e ‘moleca’ eram aplicados às [crianças] de até treze ou catorze anos em geral”. *Ibidem.*, p. 288. Ver também: MATTOSO, Kátia de Queirós. *Op. cit.*, p. 86.

⁵⁴ De acordo com os padrões estabelecidos pela maioria dos trabalhos que analisam a demografia da escravidão. Ver: FLORENTINO, Manolo. *Op. cit.*; SCHWARTZ, Stuart. *Op. cit.*; BERUTE, Gabriel. *Op. cit.*; MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*. Posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 – 1829). São Paulo: FAPESP, Anablume, 1999.; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.; entre outros.

entre 15 e 49 anos (pelo menos, 50% dos cativos) enquanto a presença de crianças e idosos juntos gira em torno de um quarto do total de cativos. Essa elevada concentração de cativos em idade produtiva representa a necessidade de trabalhadores para as charqueadas e o investimento dos charqueadores na compra de escravos que se adequassem ao trabalho. Assim, mais uma vez, é mostrada a importância do tráfico, tanto transatlântico quanto interno, como fonte de abastecimento de mão-de-obra para as charqueadas.

Gráfico 2.2: Participação dos escravos por faixa etária e período



Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas.

Porém, os dados de Berute sobre o tráfico transatlântico para o Rio Grande de São Pedro não acordam com os dados obtidos nos inventários *post-mortem* de charqueadores. Segundo o autor, no período entre 1788 e 1809, houve uma participação importante de crianças entre os escravos desembarcados no porto de Rio Grande⁵⁵. Infelizmente, seus dados são prejudicados pela sub-representação da descrição da idade nas fontes por ele utilizadas, mais de 50% dos cativos não tiveram suas idades informadas nesse período. O autor vincula essa presença expressiva de crianças ao fato do Rio Grande do Sul no período ser uma economia subsidiária, voltada para o mercado interno e que não teria acesso aos escravos em idade adulta, portanto mais caros e mais valorizados no mercado⁵⁶. Também, segundo Mary Karasch, haveria certa hierarquia na distribuição dos escravos, de acordo com o tipo de economia de cada região brasileira, onde os senhores com melhor condição

⁵⁵ BERUTE, Gabriel. *Op. cit.*, p. 59.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 65.

financeira teriam acesso facilitado à escolha dos cativos melhor qualificados e em melhores condições físicas⁵⁷.

Se transportarmos essa realidade para o mercado local de escravos no Rio Grande do Sul, os nossos dados apontam para a liderança dos charqueadores nessa hierarquia. A liderança econômica dos charqueadores foi demonstrada por Helen Osório, ao estudar o grupo de charqueadores-comerciantes no Rio Grande do Sul Colonial. Segundo a autora, esse grupo representava o topo das fortunas mercantis no Rio Grande do Sul colonial. As suas fortunas estariam marcadas pela participação de bens rurais, dívidas ativas e escravos, mas também pelo grande percentual de dívidas passivas, que indicariam a capacidade de endividamento do grupo⁵⁸. Vemos o contraste dentro da Província do Rio Grande do Sul ao observarmos os nossos dados comparativamente aos dados apresentados por Graciela Garcia para o município de Alegrete. Ao analisar a população escrava neste município nas décadas de 1830 e 1870, utilizando-se também de inventários *post-mortem*, a autora constata uma ampliação do número de crianças e o decréscimo do número de adultos entre os dois períodos. As crianças representariam assim, 15% dos cativos em 1830 e 27% na década de 70 do século XIX, enquanto que os adultos representariam 41% e 20%, respectivamente⁵⁹.

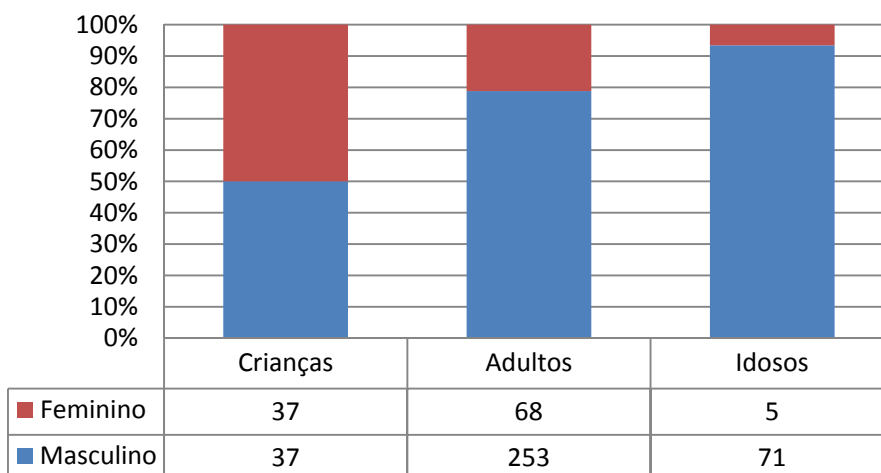
Através do cotejamento dos nossos dados com os de Garcia, podemos perceber que as charqueadas pelotenses detinham um poder econômico muito importante, tanto na compra de escravos africanos quanto na aquisição de escravos de outras regiões da província via tráfico interno. Ainda há uma lacuna quando analisamos a segunda metade do século XIX, devido à falta de estudos sobre o tráfico interno de escravos, tanto a nível regional quanto nacional. Porém, é provável que a diminuição da proporção de adultos em Alegrete possa ter sido ocasionado por uma maior demanda de trabalhadores nas charqueadas. Capacidade econômica e necessidade de braços teriam as charqueadas para drenarem os escravos de outras regiões da província, mas necessita-se um estudo mais abrangente para poder concluir com maior segurança sobre os deslocamentos internos dos escravos na Província do Rio Grande do Sul.

⁵⁷ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000. P. 83.

⁵⁸ OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*, 2007, p. 310.

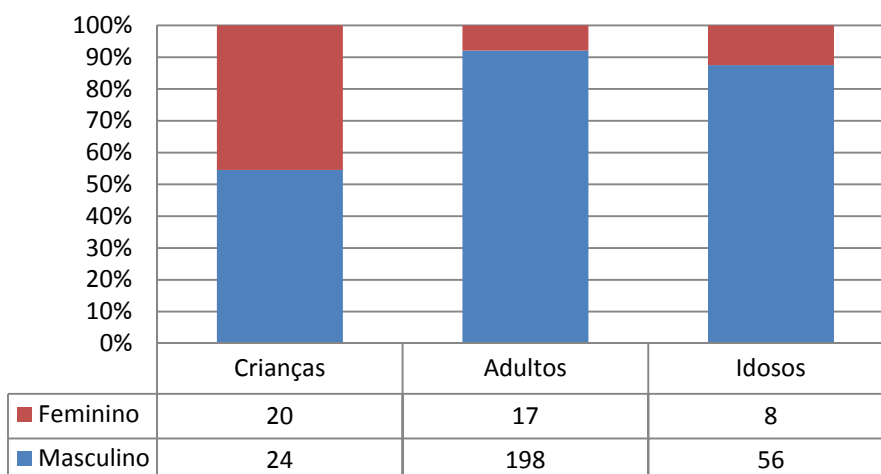
⁵⁹ GARCIA, Graciela Bonassa. APUD: BERUTE, Gabriel. *Op. cit.*, p. 66.

Gráfico 2.3: Sexo dos escravos por faixa etária (%) - 1846 a 1850



Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas.

Gráfico 2.4: Sexo dos escravos por faixa etária (%) - 1870 a 1874



Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas.

É interessante notar a distribuição sexual dos escravos nas faixas etárias analisadas. Os gráficos 2.3 e 2.4 nos mostram que, entre as crianças, a divisão sexual é bem equilibrada. Já entre os escravos adultos e idosos, a proporção de homens aumenta significativamente, comparando-se com a distribuição sexual entre os infantes. O crescimento da participação de escravos do sexo masculino na idade adulta pode ser explicado pelas opções de compra dos charqueadores. Conforme já enunciamos, existia uma preferência dos senhores pela aquisição de homens, mas observamos que essa preferência se dá somente para os escravos em idade adulta. Isso nos leva a questionar o equilíbrio entre os sexos das crianças nos

plantéis dos charqueadores entre 1846 e 1850. Ao observarmos a origem dessas crianças, vemos que somente um escravo tem origem africana - Pedro, de 5 anos, da Costa da Mina. As outras 31 crianças com origem identificadas são crioulas. Assim, parece-nos que existiu possibilidade da reprodução natural dos escravos, apesar de não ter sido expressiva, auxiliar na reposição de cativos. Mesmo no segundo período, apesar da diminuição do número de mulheres, a reprodução interna dos plantéis teve uma pequena colaboração na aquisição de cativos. Podemos observar que se mantém um padrão nos dois períodos de a cada duas mulheres com mais de 15 anos, uma teve pelo menos um filho. Os filhos dessa escrava representavam 10% dos escravos no primeiro período e apenas 3,8% no segundo. Através desses dados é possível ver que, mesmo incipiente, a reprodução natural dos escravos era comum nas charqueadas, mais no primeiro período do que no segundo.

Tal afirmação é compartilhada por Iraci Del Nero da Costa e Nelson Hideiki Nozoe. Esses autores analisaram a estrutura de posse de escravos em Lorena no começo do século XIX e observaram o predomínio de crianças nascidas no Brasil. Quando os autores levam em conta as diferentes faixas de tamanho dos plantéis, concluem que “parece-nos que, a partir de certa massa crítica de escravos, os proprietários passavam a dispor de uma via adicional de acumulação, qual seja, o próprio crescimento vegetativo de seus plantéis”⁶⁰. Não devemos, porém, superestimar a reprodução interna dos plantéis pois, como podemos observar pelo desequilíbrio dos sexos entre os escravos adultos, a principal fonte de reposição de escravos é o tráfico, seja ela transatlântico ou interno.

Se analisarmos os escravos adultos nos quais identificamos sua origem, entre 1846 e 1859, observamos que 65% dos adultos são de procedência africana enquanto que 35% são crioulos. Os dados de Gabriel Berute para os escravos desembarcados no Rio Grande do Sul apontam para a participação dos crioulos somente em 12% (entre 1788 e 1802) e 5% (entre 1809 e 1824) no total de cativos. Tal comparação indica que o tráfico não pode ser considerado a única fonte de cativos para os charqueadores. Assim, se levarmos em conta os resultados obtidos anteriormente quanto à composição do grupo de escravos com menos de 15 anos, podemos afirmar que a possibilidade de reprodução natural dos escravos pode

⁶⁰ COSTA, Iraci Del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no Alvorecer do século XIX. *Documento para discussão*. São Paulo: IPE/ANPUH, 1987, p. 26. APUD: MOTTA, José Flávio. *Op. cit.*, p. 105.

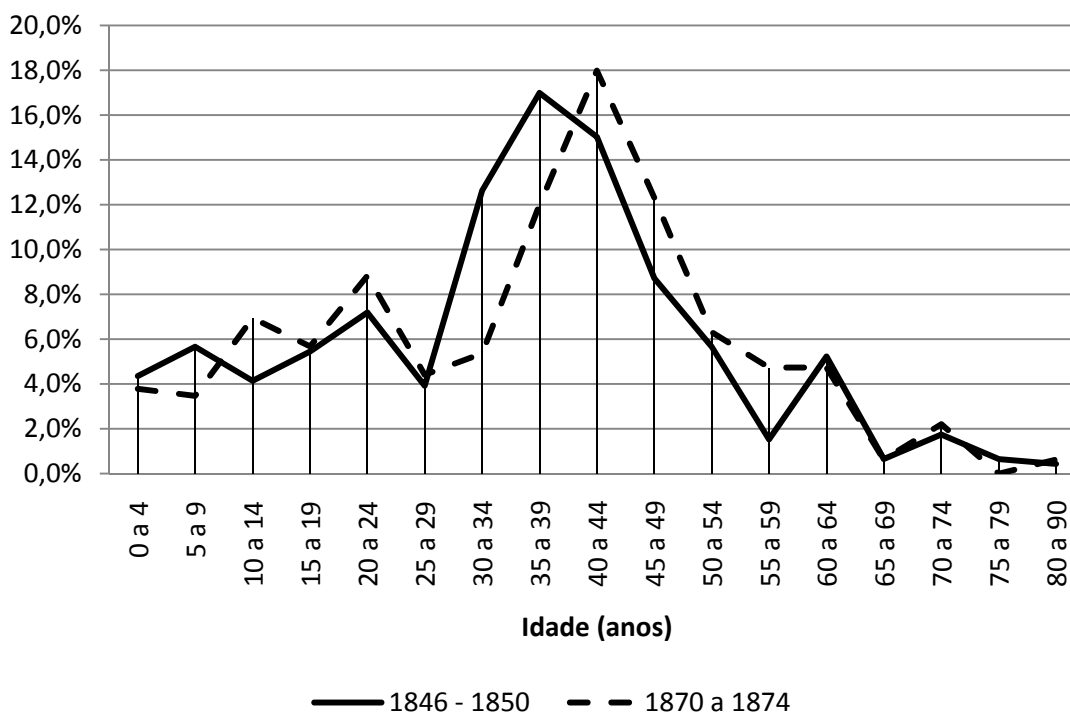
explicar o maior índice de crioulos entre os adultos. Porém, se a reprodução natural fosse a única fonte para acesso aos escravos, teríamos uma população adulta bem distribuída em relação ao sexo. Não é isso que vemos nos escravos adultos. A explicação para a presença majoritária de escravos do sexo masculino pode ser explicada pela existência de uma fonte externa de acesso à reposição de cativos entre 15 e 49 anos.

Mesmo pouco expressiva, a presença de 76 escravos com mais de 49 anos no primeiro período e de 64 no segundo, merece destaque. Considerando que a demanda de escravos não priorizava a aquisição de cativos com idade avançada⁶¹, esse número pode nos dar um indício da estimativa de vida de um escravo nas charqueadas. O pequeno aumento da presença de idosos (de 12% para 16,6%) pode nos indicar que houve aproveitamento maior do trabalho ao longo da vida do escravo, prolongando assim a idade produtiva do cativo. A maior exploração dos escravos pode ser vista também no aumento considerável de cativos doentes nos plantéis. Se, no primeiro período, 2,7% dos escravos foram descritos com algum tipo de moléstia, no primeiro quinquênio da década de 1870, essa porcentagem chega aos 7,5%.

Para observarmos melhor a distribuição de cativos de acordo com a idade, dividimos os três grupos etários (crianças, adultos e idosos) em subgrupos, a cada 5 anos. A única exceção é entre 80 e 90, onde encontramos dois escravos somente em cada período. O gráfico 2.5 mostra a participação percentual dos escravos, divididos de acordo com a idade. Nota-se que a evolução etária é semelhante. A grande diferença ocorre a partir dos 30 anos. Entre 1846 e 1850, há um crescimento quase vertical do número de cativos até os 39 anos, quando começa a decair, principalmente a partir dos 40 até os 59 anos. Até os 29 anos, a linha é irregular, mas se mantém entre os 4% e 7% do total de escravos a cada 5 anos, havendo um salto para quase 12% e depois 17% entre 30 a 34 anos e 35 a 39. Entre os 60 e 64 anos encontramos 24 escravos, mas a partir dos 65 anos a população escrava diminui gradativamente. É interessante notar a presença de um escravo com 90 anos.

⁶¹ Os números de Florentino e de Berute para o tráfico transatlântico apontam para menos de 1% da participação dos escravos idosos entre os cativos comercializados. FLORENTINO, Manolo. *Op. cit.*, Apêndice 6, p. 221; BERUTE, Gabriel. *Op. cit.*, p. 59.

Gráfico 2.5: Distribuição dos escravos por idade (a cada 5 anos)



Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas.

O desenho da curva do segundo período nos aponta para um envelhecimento da população escrava, com o deslocamento da idade mais freqüente de 35 a 39 anos para 40 a 44 anos. Nesse período, o crescimento populacional se dá a partir dos 35 anos, alcançando o ápice entre os 40 e 44 anos, a partir daí decrescendo gradativamente até os 80 anos, onde se encontram dois escravos. As crianças, do zero aos quatro anos e dos 5 aos 9, participam com cerca de 4% cada grupo. Há um expressivo aumento entre os 10 e 14 anos que se mantém com poucas variações até os 24 anos, decaindo a um patamar de 5% a partir dos 25 anos, se mantendo estável até os 34 anos. A partir dos 35 anos se dá o maior crescimento populacional, como visto antes.

A análise do sexo, origem e idade da escravaria das charqueadas pelotenses nos mostrou uma grande concentração de homens em idade produtiva. No primeiro período analisado, observou-se que o perfil dos escravos encontrados nas charqueadas pelotenses está intimamente ligado ao padrão de oferta do tráfico transatlântico, sendo essa a principal forma de aquisição de cativos, apesar de a reprodução natural apresentar alguma

participação na reposição dos plantéis. Comparando os dados dos escravos desembarcados no Rio Grande do Sul com o perfil do plantel das charqueadas observamos, nos nossos dados, uma maior concentração de homens em idade produtiva. Essa comparação nos apontou para uma hierarquia na aquisição dos escravos, onde os charqueadores estariam no topo, tendo a possibilidade de adquirir os cativos mais bem cotados.

No segundo período, mantêm-se a preferência por homens, porém, mais acentuada, além da constante importância dos escravos adultos. Observou-se também um breve envelhecimento dos plantéis, o que pode indicar a utilização da força de trabalho do escravo ao longo de um período mais extenso. Se no capítulo anterior vimos que o número médio de escravos por charqueada diminuiu consideravelmente, o aumento da participação dos homens em idade adulta nos aponta para uma racionalização do trabalho e por uma procura muito maior por homens no mercado interno. Como no período anterior, observamos que a principal forma de aquisição de escravos era através do tráfico, interprovincial ou intraprovincial nesse período e não mais transatlântico. Essa forte participação do tráfico interno está intimamente ligada aos momentos de alta produção de charque. A pouca descrição de relações de parentesco indicaram que a reprodução natural dos escravos se tornou mais escassa, diminuindo a importância dessa forma de reposição de cativos, dificultada pelo decréscimo do número de mulheres nos plantéis.

Algumas questões permanecem em aberto e necessitam de um trabalho de fôlego talvez maior que o depreendido nessas páginas, com consulta de outras fontes para analisar a importância, sentido e quantidade de escravos comercializados no tráfico interno, além de um estudo mais profundo na questão da extensão da reprodução natural e constituição de famílias dentro dos plantéis. Somente com tais estudos teremos um contato mais próximo com essas questões apresentadas nesse capítulo.

No capítulo seguinte, iremos analisar as ocupações desses escravos e as avaliações apresentadas na documentação, de forma a caracterizar o perfil encontrado nesse capítulo no contexto do trabalho nas charqueadas.

Capítulo III: OS TRABALHADORES DA CHARQUEADA – OFÍCIO E AVALIAÇÃO

Como vimos nos capítulos anteriores, o fim do tráfico transatlântico de escravos alterou de forma significativa a estrutura da charqueada quanto à mão-de-obra. Vimos que em 1870, os charqueadores investiam parcelas semelhantes às aplicadas em escravos no fim da década de 1840, mas que, por outro lado, o número médio de cativos sofreu um decréscimo de quase 50% entre os dois períodos. De fato, o que observamos foi que o valor dos plantéis teve um aumento considerável, impulsionado pela valorização do preço médio dos escravos ocorrida após 1850. Também pudemos observar que essa dificuldade obrigou aos charqueadores a racionalizarem o investimento em escravos, procurando adquirir mais escravos do sexo masculino para o trabalho da charqueada. Percebemos também que, em ambos os períodos, a renovação dos plantéis tinha como base a compra de cativos via tráfico, seja ele transatlântico ou interno.

A partir dessas afirmações, nos perguntamos de que forma os cativos eram utilizados no serviço das charqueadas, qual o perfil dos trabalhadores, quais as tarefas executadas pelos escravos no charqueio da carne e quais ofícios estavam ligados diretamente a essas tarefas. Além disso, já postulamos o encarecimento do preço dos escravos, porém é importante verificar a forma e a intensidade do aumento do valor dos escravos nas charqueadas e nos grupos analisados. De forma a enriquecer a análise e podermos nos aproximar das questões relativas ao trabalho e à avaliação dos escravos, analisaremos nesse capítulo os ofícios e a avaliação dos escravos presentes nos inventários *post-mortem* dos charqueadores entre os anos selecionados para essa pesquisa.

Ao abordar-se a questão do trabalho nas charqueadas é necessário examinar a organização do trabalho escravo dentro das unidades produtivas, a possibilidade de divisão do trabalho e especialização. O primeiro trabalho que investigou a produção escrava nas charqueadas foi o famoso estudo de Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, que abordou o trabalho escravo nas charqueadas em contraposição ao trabalho livre nos *saladeros* platinos e a concorrência implicada por essa empresa capitalista à produção escravista no sul do Brasil. Segundo o autor, o trabalho escravo nas charqueadas

do Rio Grande do Sul comparativamente com a produção do charque no Uruguai onde o trabalho era livre, apresentava menor produtividade e um custo mais elevado de produção⁶². A economia escravocrata imporia certos limites à racionalização da produção, principalmente em relação à questão da inversão inicial na compra de escravos e à necessidade de sustentar o trabalhador com alimentos, roupas e habitações. Essas limitações, em uma produção sazonal como a do charque, onde o trabalho dos escravos teria que ser ocupado em alguma forma de produção para mantê-los ativos e proporcionar uma “ilusão do trabalho”, quando enfrentadas com a concorrência de uma produção nos moldes capitalistas levariam ao fracasso inerente da produção escravocrata. Assim, não haveria incentivo à divisão e organização do trabalho, já que tais melhoramentos técnicos implicariam na redução do trabalho e na possibilidade de não ocupação do escravo permanentemente, criando momentos de ociosidade, seja nos meses fora do calendário de produção do charque, seja durante o processo produtivo.

Contrariamente ao postulado por Fernando Henrique Cardoso e outros autores, de que a escravidão seria um obstáculo insuperável para o desenvolvimento do capitalismo e um sistema produtivo destinado ao fracasso, já que o regime escravocrata impediria a divisão técnica do trabalho e a especialização profissional, Berenice Corsetti afirma que havia, sim, certo grau de divisão técnica e especialização nas charqueadas pelotenses⁶³. Segundo a autora, “desde as primeiras informações apresentadas sobre o tipo de organização do trabalho nas empresas charqueadoras sulinas, é possível perceber, sem dúvida, a existência de certo grau de divisão técnica do trabalho”.

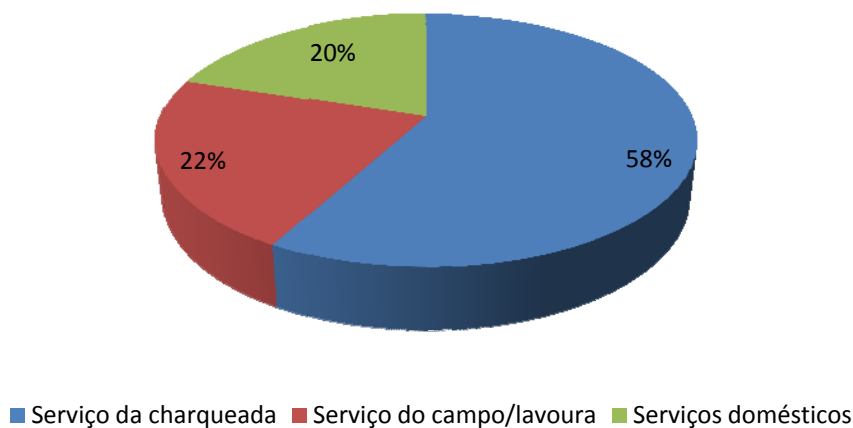
O que observamos nos nossos dados é que, entre 1846 e 1850, 224 escravos listados nos inventários *post-mortem* dos charqueadores apresentam descrições sobre ofícios especializados, o que representa 35% dos escravos arrolados no período. Dentre essas especializações, observou-se a predominância de campeiros (40), carneadores (24), marinheiros (32) e serventes (33), representando aproximadamente 60% dos escravos especializados. Observando os diversos ofícios constantes na documentação, percebe-se que eles podem ser relacionados com o *serviço da charqueada*, *serviço do campo/lavoura* e *serviços domésticos*. Consideramos como trabalhadores da charqueada, os 131 indivíduos

⁶² CARDOSO, Fernando Henrique. *Op. cit.*, p. 172.

⁶³ CORSETTI, Berenice. *Op.cit.*, p. 136.

declarados como carneadores, boleeiros, calafates, carpinteiros, carroceiros, cavouqueiros, curtidores, ferreiros, marinheiros, oleiros⁶⁴, pedreiros e serventes. Os trabalhadores do campo e da lavoura são descritos como campeiros e roceiros e são 49 escravos. Por último, os domésticos são alfaiates, costureiras, cozinheiros, lavadeiros, padeiro, tecedeiras, tecelões e os descritos somente como “serviços domésticos”, compondo no total, 44 escravos. O gráfico 3.1 nos mostra a divisão desses cativos com especialização declarada nos inventários, segundo as categorias elaboradas.

Gráfico 3.1: Divisão dos escravos segundo categorias ocupacionais (1846 - 1850)



Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas

Através do gráfico podemos ver que a maioria dos escravos especializados está ligada ao serviço da charqueada. Porém, é preciso fazer uma distinção importante entre os trabalhadores que consideramos prestar o serviço da charqueada. Dentre todos os ofícios relativos à charqueada, há aqueles ligados diretamente à produção do charque, ao abate, esartejamento do animal, retirada do couro e afins, e há os que estão ligados indiretamente, seja com o transporte ou com outros ofícios manuais. Diretamente ligados à produção do charque estão os escravos carneadores, curtidores e serventes, e indiretamente, os responsáveis pelo transporte (boleiros, carroceiros e marinheiros), os

⁶⁴ Cabe mais uma vez lembrar o caráter complementar da olaria para a charqueada. Não somente a existência de olarias, como forma de ocupar os cativos nos períodos onde não ocorria a produção do charque, mas a presença de escravos oleiros, dedicados especificamente para essa atividade é mais um exemplo do uso racional do trabalho escravo.

oleiros dedicados à olaria e os escravos com ofícios manuais (carpinteiros, calafates, ferreiros, pedreiros).

Dessa forma, como pudemos ver, o trabalho ligado ao charque podia sim gerar certa divisão e especialização do trabalho. Ao contrário do afirmado por Fernando Henrique Cardoso⁶⁵, baseado nas descrições de Louis Couty⁶⁶, parece-nos que havia muito mais do que trabalhadores que se dedicassem somente às operações anteriores à salga, salgadores e trabalhadores encarregados pelos subprodutos do charque. Por mais que no processo que se estende do abate do animal até a produção do charque, couro e graxas, não nos parece haver uma subdivisão mais rigorosa do trabalho, a presença de escravos nos processos anteriores e posteriores ao citado acima denota uma importante divisão do trabalho. Também, o caráter bruto do trabalho escravo, necessário para que o escravo não se anteponha ao senhor, não parece encontrar apoio nos dados empíricos, visto a alta especialização de alguns escravos, como os calafates⁶⁷, carpinteiros e ferreiros. A presença de tais escravos (12% dos escravos especializados) mostra que a lógica da charqueada escravista não era tão irracional como pretendida por Cardoso, mas procurava certa auto-suficiência, buscando minimizar as necessidades de recorrer ao mercado, em relação a algumas atividades correlatas à produção do charque.

Essa auto-suficiência se representa também no setor de transportes, com a importante presença de escravos marinheiros, além dos boleeiros e carroceiros. Estes escravos compõem mais de 15% dos escravos com ofícios declarados e 31% dos considerados por nós como ligados ao serviço da charqueada. Já vimos no primeiro capítulo que a presença de embarcações entre os bens inventariados era freqüente (6 dos 8 charqueadores no primeiro período e 5 dos 9 no segundo detinham bens dessa espécie) e como era importante a sua utilização para o escoamento da produção pelos canais próximos à Lagoa dos Patos. Também nessa atividade, essencial para a produção charqueadora, a

⁶⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *Op. cit.*, p. 178.

⁶⁶ A utilização dos relatos de Louis Couty é uma das grandes críticas feitas ao trabalho de Fernando Henrique Cardoso. Lembramos que Couty foi um naturalista francês que veio para o Brasil na década de 1870, viajando pelo Rio Grande do Sul entre o final da década de 1870 e o início da década de 1880. O uso indiscriminado dos seus relatos fez com que Cardoso generalizasse para todo o século XIX a imagem dos últimos anos da charqueada escravista, cometendo uma série de equívocos.

⁶⁷ Talvez os escravos calafates (ou “calafeteiros”, como também são apresentados na fonte) possam ser considerados como o exemplo máximo da especialização do trabalho nas charqueadas. Esses escravos eram, basicamente, carpinteiros especializados na manutenção das embarcações.

utilização de mão-de-obra escrava era importante, contando com a possibilidade de especialização dos trabalhadores na execução de suas atividades.

Quanto aos escravos ligados diretamente à produção do charque, temos a presença de dois grandes grupos, os carneadores e os serventes da charqueada, representando praticamente 55% dos trabalhadores da charqueada. Berenice Corsetti, utilizando de inventários de charqueadores para um período maior que o estudado aqui, deparou-se com a mesma concentração de trabalhadores no seu estudo. Segundo a autora, isso pode indicar que diversas operações poderiam ser desenvolvidas por um mesmo escravo⁶⁸. Enquanto os carneadores seriam responsáveis pelo abate do gado e descarnar os ossos, os serventes estariam vinculados a atividades como a produção do sebo e da graxa, ou mesmo pela salga e empilhamento da carne e do couro.

O fato de 22% dos escravos arrolados no primeiro período serem descritos com ofícios ligados à lida do campo e à lavoura nos apresenta também uma preocupação com a auto-suficiência de matéria prima e alimentos para as charqueadas. Porém, não são todos os charqueadores que possuem escravos com essas especializações, o que pode nos ajudar a responder uma questão importante analisada no primeiro capítulo, referente à possibilidade da criação de gado. Apenas dois inventários contêm escravos campeiros, são eles os inventários de Maria Angélica Barbosa e de Teresa Silva Santos d'Oliveira, sendo que esse último descreve 600 reses e 17 escravos campeiros. O inventário de Maria Angélica Barbosa, apesar de listar 20 escravos campeiros, apresenta apenas 140 reses. Assim, parece que entre os charqueadores, existia a possibilidade de criação de gado, de forma a garantir, pelo menos em parte, autonomia no abastecimento de matéria-prima animal.

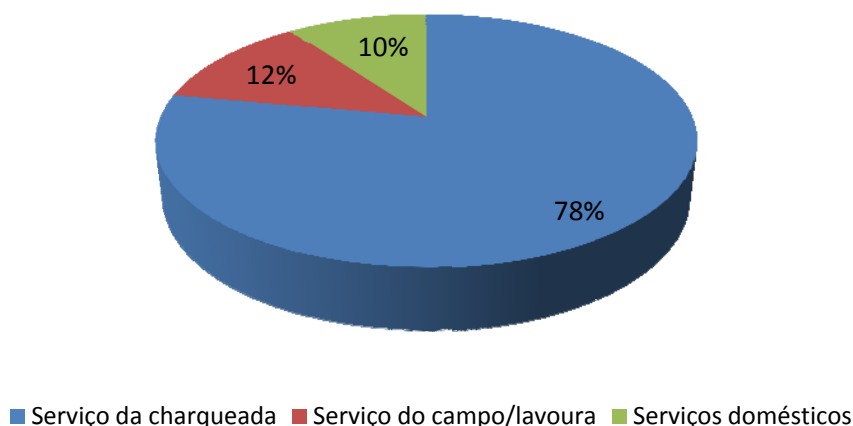
Por último, observamos que os escravos eram ocupados também em diversas atividades domésticas, principalmente as mulheres, representando 50% desse grupo. De fato, somente encontramos mulheres com ofícios entre os escravos do serviço doméstico. Não nos deteremos de forma muito extensiva na análise desse grupo, mas parece-nos importante enumerar os ofícios relacionados a essas atividades, já que representam 20% dos escravos que possuem ofícios declarados. Temos alguns escravos vinculados à costura de panos, os alfaiates (oito escravos), costureiras (16 escravos, todos do sexo feminino) e

⁶⁸ CORSETTI, Berenice. *Op. cit.*, p. 138.

tecedeiras (duas escravas), além de sapateiros, o que indica que também havia preocupação com o sustento da casa em relação ao fornecimento de roupas para os escravos. O restante era composto por escravos relacionados ao serviço doméstico, como cozinheiros, lavadeiras, padeiros, etc.

No segundo período do nosso estudo, a descrição de escravos especializados em certos ofícios é surpreendentemente mais constante. Trezentos e trinta escravos nesse período são descritos com conhecimento de algum ofício, o que representa mais de 85% do total de escravos arrolados nesse período. Esse aumento do número de escravos com conhecimento de algum ofício é impressionante e pode ter sido gerado por dois fatores: uma maior preocupação dos escravões com a descrição dos escravos ou ao crescimento do número de escravos especializados. Parece-nos mais convincente a segunda hipótese já que, entre as outras características dos escravos presentes nos inventários (idade e origem, principalmente) não houve um detalhamento mais significativo nas descrições, como vimos no capítulo anterior. Assim, acreditamos que houve um processo de intensificação da organização do trabalho escravo nas charqueadas, o que implicou em um maior grau de especialização da escravaria. Veremos como se dá a especialização neste período.

Gráfico 3.2: Divisão dos escravos segundo categorias ocupacionais (1870 - 1874)



Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas

Da mesma forma que analisamos os ofícios anteriormente, pudemos agregar os escravos nas categorias *serviço da charqueada*, *serviço do campo/lavoura* e *serviços*

domésticos. Como o gráfico 3.2 nos apresenta, nesse período, a participação de escravos ligados à produção do charque é superior à do primeiro período, enquanto que as outras duas categorias têm uma diminuição proporcional à metade dos valores anteriores.

O elevado crescimento do número de escravos com ofício e principalmente daqueles ligados ao serviço da charqueada entre os dois períodos estudados é compatível com a idéia apresentada no capítulo anterior de racionalização do trabalho escravo nas charqueadas em um contexto de crise de braços. Tal incremento na organização do trabalho após o fim do tráfico foi advogado por Jacob Gorender ao estudar as fazendas de café do oeste paulista na segunda metade do século XIX. Segundo o autor, “com o braço escravo comprado a preços altíssimos, a poupança da mão-de-obra tornou-se imperativa. A tecnificação setorial abriu caminho no próprio escravismo brasileiro, prolongando sua viabilidade econômica”⁶⁹. Dessa forma, parece plenamente racional que, aliado à melhoria tecnológica da empresa escravista, o incremento da organização do trabalho escravo visasse à poupança do escravo cada vez mais caro, a fim de perpetuar a utilização de sua força de trabalho. Além disso, cabe fazer alguns apontamentos sobre a importante questão da divisão técnica do trabalho escravo na década de 1870. Se entre 1846 e 1850, os ofícios referentes ao serviço da charqueada se resumiam em nove especializações diferentes⁷⁰, na primeira metade da década de 1870 temos, além do aparecimento de cinco novas especialidades, a presença de graus de conhecimento do ofício, tais como aprendizes e mestres. Entre os ofícios que constam na documentação desse período e que não constavam anteriormente, encontramos correeiros, descarnadores, graxeiros, salgadores e tanoeiros, desaparecendo dos inventários os carroceiros, curtidores e oleiros. O que chama a atenção é a maior divisão do processo de abate e esartejamento do gado e salga da carne, demonstrado pela presença, além dos carneadores e serventes, de descarnadores e salgadores. Assim, enquanto os carneadores eram os responsáveis pelo abate e esartejamento do animal, os descarnadores separavam ossos, peles e couros e os salgadores ficavam responsáveis pela última etapa do processo, a salga e empilhamento da carne. Neste processo eram alocados pouco mais de três quartos dos escravos do serviço da charqueada. As atividades de

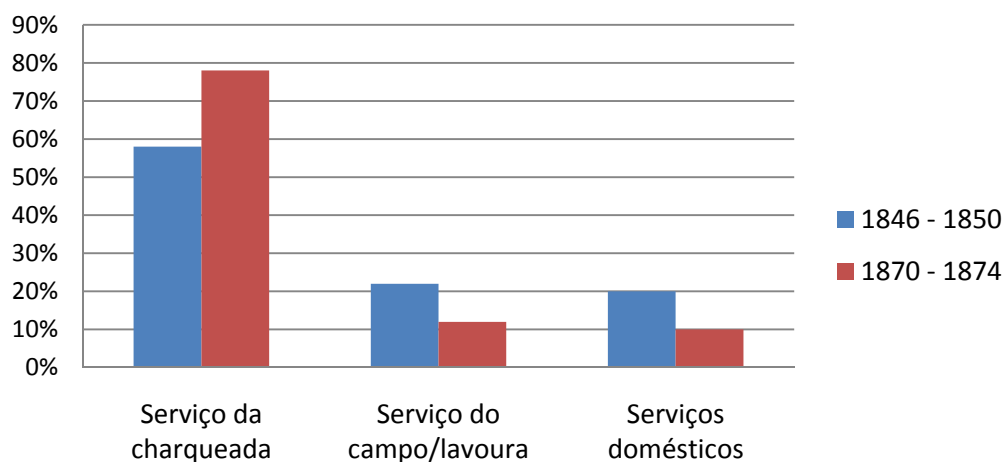
⁶⁹ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980. P. 563.

⁷⁰ Consideramos os ofícios de boleeiro/carroceiro, carneador, curtidor, marinho, oleiro, calafate, carpinteiro, ferreiro e pedreiro como as principais especializações do serviço da charqueada.

transporte da mercadoria ocupavam 13,6% desse grupo, enquanto que as atividades manuais necessárias ao serviço da charqueada, como os carpinteiros, ferreiros, pedreiros e tanoeiros, ocupavam 10% da escravaria.

O que merece atenção especial é o fato de encontrarmos entre os escravos especializados, quatro aprendizes de carneador e um tanoeiro mestre. Apesar de pouca frequência de tal tipo de descrição, parece-nos que existiam graus de especialização mais vastos do que o conhecimento de ofícios variados, havendo investimento e uma rede de aprendizado entre os escravos dos charqueadores do período analisado. Assim, o estudo empírico nos inventários *post-mortem* nos mostra que as possibilidades de especialização do trabalho escravo nas charqueadas eram variadas e foram se intensificando ao longo da segunda metade do século XIX, contrariamente do postulado por Fernando Henrique Cardoso.

Gráfico 3.3: Participação dos escravos (%) nas categorias ocupacionais nos dois períodos



Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas

Persistiu na década de 1870 a preocupação com a auto-suficiência das charqueadas, expressa na presença significativa de cativos com ofícios manuais – já enumerados acima -, além dos campeiros e roceiros. Porém, a participação de escravos com tais ofícios é reduzida entre um período e outro, denotando mais uma vez as estratégias adotadas pelos charqueadores de forma a superar a crise de braços ocasionada em decorrência da Lei Eusébio de Queirós. Também sofreu um decréscimo considerável a participação

proporcional dos escravos alocados nos serviços domésticos, como consequência da diminuição de mulheres nos plantéis, já que grande parte dos escravos relacionados ao serviço doméstico era do sexo feminino.

Já fizemos críticas a algumas afirmativas postuladas por Fernando Henrique Cardoso ao analisar a possibilidade de divisão e especialização do trabalho nas charqueadas pelotenses, mas é necessário observar outra característica do trabalho escravo indicada pelo autor. Segundo Cardoso, de forma a ocupar os escravos ao máximo, “o senhor de escravos interessava-se antes por ocupar sempre o escravo do que por ocupá-lo melhor, ou mais produtivamente”⁷¹. Dessa forma, alguns trabalhos eram executados tardiamente, para serem executados por todos os escravos. Fazendo-os trabalhar em todos os setores do processo produtivo, não haveria momento em que os cativos não estivessem dedicados ao trabalho, fosse ele no abate do gado, na secagem do couro, no embarque dos produtos, ou em outras atividades, acarretando no desperdício de tempo em relação ao processo produtivo, mas fazendo com que o trabalho do escravo fosse despendido ao longo de todo o processo.

Empiricamente, a presença de um grande número de escravos com ofícios especializados nos mostra que essa ocupação de todos os cativos ao mesmo tempo em uma única atividade não ocorria. Existiam, assim, escravos altamente especializados que se dedicavam a só uma atividade do processo produtivo, sendo ensinado a fazer aquele trabalho específico. Claro que a grande presença de “serventes” pode ser uma referência que esses escravos eram alocados conforme a necessidade da produção, mas não nos parece que o trabalho especializado seja tão contraditório ao regime escravocrata. Houve sim a necessidade e o investimento dos charqueadores na organização do trabalho em diversas esferas da produção, que foi crescente ao longo do período estudado nessas páginas. Dessa forma tendemos a acreditar ser possível que, como afirma Stuart Schwartz, a existência de hierarquias e especializações na produção se tornavam formas de incentivar a produção e a diferenciação dos escravos, algo semelhante a promoções entre os melhores cativos, havendo assim possibilidade de salários e recompensas para os escravos mais

⁷¹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Op. cit.*, p. 180.

especializados⁷². Além disso, a lógica escravista para a segunda metade do século XIX parece visar a economia - entendida como a melhor utilização - do trabalho escravo.

Antes de abordar a avaliação dos escravos, precisamos fazer algumas ressalvas sobre o seu significado. Ressaltamos que não estamos lidando com o preço de compra e venda dos cativos, mas o valor de avaliação dos mesmos nos inventários *post-mortem* que podem não representar o valor de mercado do cativo, mas com certeza se regulam através dele. As avaliações dos bens arrolados nos inventários eram feitas por “especialistas”, pessoas que tivessem conhecimento dos bens a serem avaliados. Isso não os isentava de algum interesse com a valorização ou desvalorização de algum bem, como se pode ver em alguns inventários. No inventário de Teresa da Silva Santos d’Oliveira, por exemplo, dois herdeiros apresentam embargos à avaliação declarando que “[...] caberam entre outros objetos, avaliados por excessivo preço, um iate e lancha, e uma légua de matos na serra [?] por mais do dobro do seu valor, excedendo o prejuízo dos embargantes, só nestes, a dois contos de réis”⁷³. Dessa forma, os embargantes pedem a divisão equitativa dos bens, já que também perceberam que havia sido desproporcional a partilha dos escravos em número, sexo e idade. Por último, alertam que

a avaliação deve ser feita por pessoas profissionais e inteligentes, circunstâncias que se não verificaram nos dois avaliadores [...] para todas as avaliações a que procederam e bens assim que este é primeiro irmão e íntimo amigo do inventariante, seu agente e escriturário e portanto menos próprio para esta missão.⁷⁴

Em outro caso, no inventário de Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos, a sua viúva reclama a super-avaliação dos bens arrolados. Ela apresenta um pedido de revisão das avaliações, relatando a desigualdade e desproporção dos valores estimados a alguns bens. A reclamante afirma que “as avaliações devem ser sempre moderadas, devendo os louvados procurar determinar o preço justo pela verdadeira, comum e geral estimação”⁷⁵. Sobre a avaliação dos escravos a reclamante relata que “mais exagerada ainda foi a avaliação [...]. A

⁷² SCHWARTZ, Stuart. Trabalho e cultura: vida nos engenhos e vida dos escravos. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001. P. 96 et. seq.

⁷³ APERS. *Inventário de Teresa Silva Santos d’Oliveira*. Pelotas, nº 310, cx. 398, Vara de Família, Sucessão e Provedoria, 1849, fl. 73r.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 73r.

⁷⁵ APERS. *Inventário de Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos*. Pelotas, nº 02, cx. 510, II Vara de Família, 1870, p. 87r.

estimativa de cada um dos escravos mencionados, principalmente, é até superior àquela pela qual ordinariamente e na época atual, em qual a propriedade servil pouca confiança inspira, se costuma vender os escravos⁷⁶.

Dessa forma, percebemos que o procedimento de avaliação dos bens nos inventários nem sempre é isento de interesses, mas que a finalidade desse processo é avaliar conforme a “geral estimação” dos preços. Outro ponto interessante do pedido da viúva de Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos é a perspectiva apresentada sobre o trabalho escravo. A pouca confiança inspirada pela propriedade servil pode ser uma referência ao provável fim da escravidão que podia estar sendo sentido na dificuldade de aquisição de cativos, causada pela concorrência com outras regiões e pelo encarecimento dos escravos. Feitas essas ressalvas, podemos nos aventurar no estudo dos preços de avaliação dos escravos dos charqueadores no período selecionado para essa pesquisa.

O preço de um escravo é, essencialmente, fruto de diversas considerações acerca de sua capacidade produtiva, mas também de fatores exteriores à constituição física do cativo. Segundo Kátia Mattoso, “o preço do escravo é um jogo de variáveis, algumas das quais totalmente alheias ao próprio escravo e outras, ao contrário, intimamente ligadas à sua pessoa”⁷⁷. Assim, a autora afirma que fatores como concorrência, distância entre o porto de embarque e o ponto de venda, e a especulação são variáveis que se unem à idade, sexo, saúde e à qualificação profissional na composição do preço do escravo.

Os inventários do período que se estende dos anos 1846 a 1850 nos indicam que a média geral da avaliação dos escravos é alta: aproximadamente 451\$690, maior entre os homens que entre as mulheres. Entre os homens, os valores variaram de 10\$000 a 1:000\$000, com uma média de 470\$000. O valor das mulheres corresponde a 84% da média entre os homens, sendo o valor médio de 394\$000, com um mínimo de 40\$000 e um máximo de 750\$000. Já entre 1870 e 1874, o valor médio dos escravos é surpreendente, cerca de 1:065\$000. Surpreendente também os valores entre os homens e as mulheres. Os valores médios entre cativos do sexo masculino foram de 1:122\$500 enquanto que entre as mulheres foram de 681\$600 (61% do valor médio dos escravos do sexo masculino).

⁷⁶ *Ibidem*, p. 87r.

⁷⁷ MATTOSO, Kátia de Queirós. *Op. cit.*, p. 77.

Estabelecendo os valores do primeiro período como base, a tabela 3.1 mostra as flutuações dos preços entre os sexos. O que podemos ver é que, entre os homens, a variação do valor da avaliação entre os 20 anos que separam os períodos estudados foi muito maior do que entre as mulheres. Enquanto o valor médio dos homens subiu quase duas vezes e meia, o preço das mulheres na década de 1870 não superou em duas vezes o valor do primeiro período. Podemos observar que o acesso aos escravos do sexo masculino se tornou dificultoso para os charqueadores, mas que mesmo assim, grande parte do investimento na compra de cativos se direcionava para esse grupo, como pudemos ver no capítulo anterior. Assim, a alternativa de racionalização do trabalho escravo nas charqueadas - referida pela maior preferência de compra de escravos do sexo masculino, melhor organização do trabalho e maior grau de especialização dos cativos – tornou-se uma necessidade para compensar os altos custos de aquisição de escravos depois de 1850.

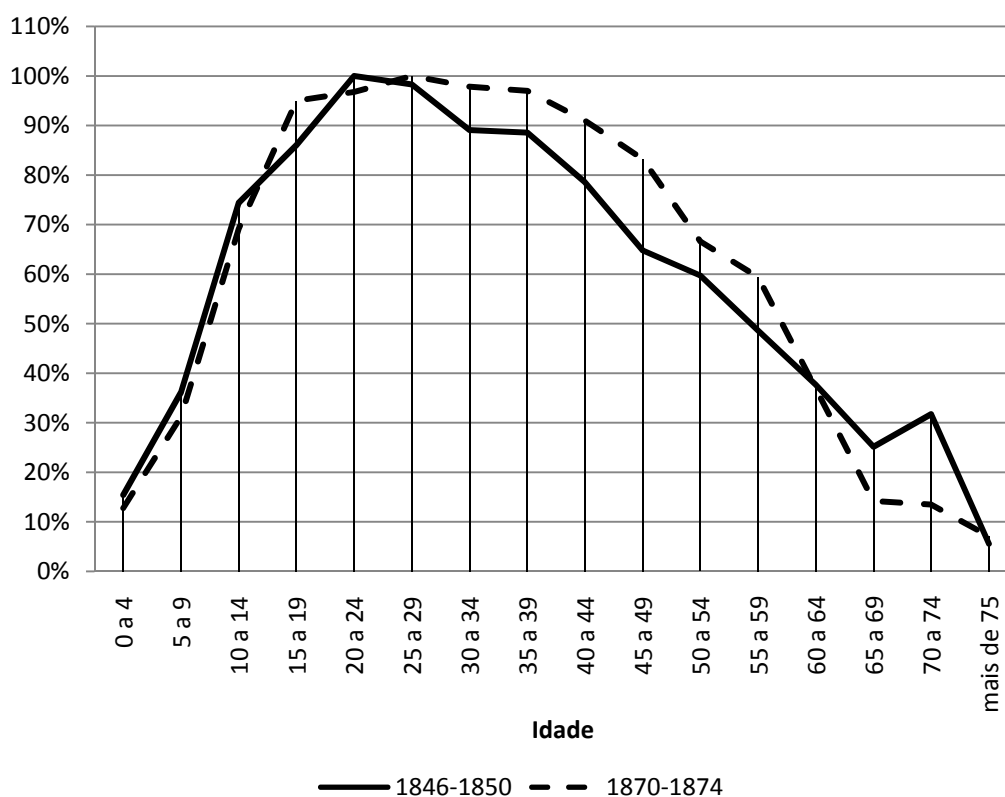
Tabela 3.1: Flutuação dos preços médios dos escravos

Sexo	Valor médio 1846 a 1850	Índice	Valor médio 1870 a 1874	Índice
Masculino	470\$000	100	1:122\$500	238
Feminino	394\$000	100	682\$600	173
Geral	451\$690	100	1:065\$000	235

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas.

Em relação à idade, a avaliação pode nos mostrar quais eram os grupos etários mais envolvidos com a produção. Entende-se assim que, ao tratarmos o grupo de escravos dos períodos estudados, a variação de preços ao longo de cada período é essencialmente um indicativo da capacidade produtiva dos cativos. Logo, aquele escravo em idade produtiva e com boa saúde valeria mais do que um cativo muito jovem ou muito velho para o trabalho, ou mesmo adoentado. Imbuídos de tal perspectiva, elaboramos o gráfico 3.4 para analisar de maneira mais próxima a variação dos preços ao longo do ciclo de vida do escravo. O gráfico representa a variação dos valores médios dos escravos agrupados por idades a cada cinco anos. Para a análise comparativa, consideramos os valores máximos encontrados em cada período como 100%, na tentativa de mostrarmos a evolução dos mesmos em relação ao seu ápice. Os máximos encontrados correspondem à faixa de 20 a 24 anos no primeiro período (583\$000) e à faixa de 25 a 29 aos no segundo (1:407\$000).

Gráfico 3.4: Evolução do preço dos escravos em relação à idade



Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas.

O que podemos observar do gráfico é que, entre os escravos considerados crianças, manteve-se uma progressão semelhante nos preços entre os dois períodos. Entre o momento de nascimento do cativo até os quatro anos, os valores correspondiam a cerca de 15% dos valores máximos. Era esse o preço de um escravo em uma sociedade na qual a mortalidade de crianças, principalmente entre as cativas, era muito alta. Evidentemente, não havia esperanças de sobrevivências de muitas delas, situação que não parece mudar muito, pelo menos nos próximos cinco anos da vida do escravo. Aquelas crianças que sobrevivem, por volta dos quatro anos começam a receber instruções e tendo seu tempo paulatinamente ocupado pelo trabalho, existindo a possibilidade de aprender um ofício, mas inevitavelmente, aprendendo a ser escravo. Tal formação foi encontrada nos inventários analisados. Temos no primeiro período, três crianças com nove anos de idade já com algumas descrições de ofícios. São eles Procópio e Prudêncio, ambos serventes, e

Simpliciana, que já dominava nesta idade, o ofício de costureira. Na década de 1870, encontramos quatro serventes com menos de sete anos, Domingas, Malvina (ambas com seis anos), Teresa (três anos) e Alfredo (com quatro anos).

Entre os 10 e 14 anos o valor do escravo já representava em torno de 70% do valor de um adulto, situação que está intimamente relacionada à capacidade produtiva que já era demonstrada por tais cativos nessa idade. Por volta dos 12 anos, concluía-se o adestramento que transformava crianças em adultos⁷⁸. Manolo Florentino e José Roberto Góes, observando os inventários do Rio de Janeiro entre 1790 e 1835, indicam que era por volta dessa idade que as crianças começavam a trazer a profissão por sobrenome⁷⁹. Demonstramos no parágrafo anterior que foram encontrados na documentação por nós manuseada, descrições de profissão já antes dos 10 anos, mas no intervalo que vai dos 10 aos 14 anos, a freqüência de cativos com profissões cresce para cerca de metade dos jovens.

Assim, aos 15 anos o escravo já era um adulto com todas as competências para o trabalho e o vigor físico necessário para tal. Na faixa de idade dos 15 aos 19 anos, os escravos já alcançam 85% do valor médio máximo, pertencente aos cativos na faixa dos 20 aos 24 anos, no período que se estende de 1846 a 1850. Até os 34 anos esse valor é mais ou menos estável, atingindo pouco menos de 90% do preço máximo, decaindo de forma constante a partir dos 40 anos. Se as avaliações das crianças representam um crescimento semelhante entre um período e outro, a variação dos valores quanto aos escravos em idade adulta nos períodos analisados não apresenta tantas semelhanças. Nos primeiros quatro anos da década de 1870, o valor de um escravo entre os 15 e 19 anos representava 95% da média máxima, obtida entre os escravos com 25 a 29 anos. Se o valor médio do escravo supera os 90% do máximo antes do que no primeiro período, ele volta a cair abaixo desse patamar mais tardiamente, por volta dos 45 aos 49 anos, onde representa 85% do valor máximo e a partir de então decai de forma mais significativa.

Dessa forma, o que podemos analisar no gráfico acima é que os escravos na década de 1870 possuem um valor relativamente alto (entre 90% e 100% do valor médio máximo) ao longo de um período maior da sua vida, dos 15 aos 44 anos, o que representa uma maior

⁷⁸ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. Morfologia da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005, p. 217.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 217.

valorização do próprio trabalho desses cativos. O que entendemos por isso é que, numa lógica econômica própria desse momento, o escravo se tornava velho – sinônimo de improdutivo, ou menos produtivo – em uma idade mais avançada em relação ao primeiro período. Tendo isso em mente, parece que a racionalização do trabalho escravo com o objetivo de economizar além do alto capital investido, o próprio escravo, na forma de melhor organização e especialização do trabalho, pôde proporcionar a extensão da idade produtiva e o maior aproveitamento do cativo ao longo de sua existência.

Pudemos ver que a lógica da empresa escravista, pelo menos quando tratamos das charqueadas pelotenses, nem sempre foi tão irracional, como proposto por Fernando Henrique Cardoso. Dessa forma, além da possibilidade de uma maior organização do trabalho, houve a adoção de medidas racionalizantes para o trabalho escravo nas charqueadas, necessidade que se tornou premente devido à crise de mão-de-obra causada pelo fim do tráfico transatlântico de escravos e o paulatino encarecimento do preço do escravo. Como forma de compensar a crise e tornar possível a permanência da escravidão nas charqueadas, a maior especialização dos cativos pode ter sido aliada à inovações tecnológicas e ao uso cada vez maior de mão-de-obra livre, que não nos atemos a analisar.

Compreendemos assim que a permanência do trabalho escravo nas charqueadas mesmo após o fim do tráfico e o progressivo encarecimento da aquisição de cativos segue uma racionalidade que visava permitir condições para o seu melhor aproveitamento, o que proporcionaria a amortização ao longo de maior tempo da inversão inicial feita pelos charqueadores. Assim, até pelo menos a década de 1870, quando começa a decair a produção do charque na Província do Rio Grande do Sul, o investimento no trabalho escravo não parecia para os charqueadores a permanência de um atraso frente a utilização de mão-de-obra livre, mas possibilitava condições de expansão e maior organização do trabalho, o que poderia tornar o escravo mais produtivo e inclusive, mais rentável.

CONCLUSÃO

O estudo dos impactos do fim do tráfico na escravaria das charqueadas pelotenses nos proporcionou conclusões interessantes. Ao nos dedicarmos aos três eixos analisados (análise das fortunas, do perfil demográfico dos escravos e do trabalho escravo nas charqueadas) nesse estudo pudemos verificar de maneira ampla o impacto e as formas de superação da crise. Para isso foi importante, e cabe aqui destacar, a proposição de uma análise comparada dos dois momentos escolhidos para essa pesquisa, sendo o primeiro aquele onde o tráfico transatlântico de escravos era a principal forma de aquisição e reposição de mão-de-obra, e no qual a facilidade de acesso e o preço relativamente baixo proporcionava condições para a formação de grandes plantéis. Por outro lado, a crise proporcionada pelo fim do tráfico é a tônica do segundo período proposto para essa análise. Com o fim da oferta de africanos e o aumento da demanda pelas regiões cafeeiras do oeste paulista, o preço dos escravos sofre um aumento considerável, tornando mais dificultoso o acesso à compra de cativos, além da manutenção dos grandes plantéis, visto o fortalecimento do tráfico interno no Brasil. Assim, apontaremos algumas conclusões obtidas através da pesquisa, bem como as lacunas que não foram contempladas nesse estudo, por não tratar de objetos específicos desse estudo ou por serem questões que não puderam ser respondidas através das fontes utilizadas.

Através da análise das fortunas dos charqueadores pudemos observar que esse grupo é caracterizado por formas variadas de investimentos, sendo que a charqueada, normalmente, não representa o único esforço econômico desse grupo. Reforçamos a preocupação dos charqueadores com o acesso à matéria-prima, com a facilidade do transporte ou mesmo na busca de investimentos diversificados para garantir segurança para as suas aplicações em um mercado instável. A frágil circulação monetária do período indicou a existência de poucas opções de investimento em ambos os períodos. Como solução, os principais investimentos dos charqueadores eram direcionados à compra de bens de raiz (urbanos e rurais), de escravos e ao empréstimo. Porém, nos pareceu que as opções de investimento se diversificaram entre um período e outro do nosso estudo, com a aparição de ações, apólices e seguros nos inventários da década de 1870. Além disso, a posse de

imóveis urbanos se tornou mais difundida e a monetarização do capital teve um pequeno crescimento entre os dois períodos.

O investimento em escravos se manteve em um percentual semelhante das fortunas entre os dois períodos. Porém é necessário destacar que, se houve a manutenção do percentual aplicado em escravos, o número médio de escravos por inventário sofreu um decréscimo impressionante, de 80 escravos por charqueador no primeiro período para somente 43 no segundo. Ou seja, se com o fim do tráfico os charqueadores puderam manter o investimento em escravos proporcional ao total de suas fortunas em um patamar semelhante, o encarecimento dos escravos nesse período fez cair drasticamente o número médio de cativos por proprietário. Dessa forma, investia-se a mesma quantidade relativa de capital para ter-se menos escravos. O valor dos plantéis inclusive sofreu um crescimento considerável, porém os charqueadores não puderam manter o tamanho dos plantéis de outrora.

Com a impossibilidade de manter-se os grandes plantéis do período áureo do tráfico transatlântico, a solução adotada pelos charqueadores foi a racionalização dos plantéis, visto no segundo e terceiro capítulo desse estudo. Ao analisar a evolução demográfica da escravaria, percebemos que houve um crescimento considerável de homens e de escravos em idade adulta. Se no primeiro período, com exceção de um caso, a presença de homens era sempre superior a 70% do total de escravos entre os plantéis, no segundo período analisado, somente em dois casos foi menor que 80%. De modo geral, identificamos no total de escravos para os anos compreendidos entre 1846 e 1850, uma razão de masculinidade igual a 311 enquanto que nos primeiros anos da década de 1870, a razão de masculinidade foi igual a 654. Também chamou-nos a atenção um importante envelhecimento dos escravos, representado pelo maior número de adultos e idosos, principalmente a partir dos 35 anos. Podemos supor que em ambos os períodos, a reposição de escravos era tributária de dois movimentos, um externo e outro interno aos plantéis. Se por um lado, foi muito importante a participação do tráfico (transatlântico e interno), demonstrada pela semelhança entre o perfil dos escravos do primeiro período da nossa análise com o padrão de oferta do tráfico transatlântico apresentado por Manolo Florentino e Gabriel Berute, por

outro lado a participação da reprodução interna dos plantéis pôde ser identificada mas de forma mais efêmera.

Se, como vimos no primeiro capítulo, o número médio de escravos por charqueada diminuiu consideravelmente, o aumento da participação dos homens em idade produtiva nos apontou para a racionalização do trabalho escravo e por uma procura mais intensa por homens no mercado interno. É justamente a extensão, direção e fluxo desse tráfico interno que permanece em aberto, necessitando de um estudo mais amplo do que alguns apontamentos hipotéticos lançados nessa monografia. Esse objeto merece um trabalho onde possa figurar como elemento principal de análise, com utilização de fontes diversas e um fôlego semelhante – para não dizer maior – do que o tomado no presente estudo. Também ficou prejudicada a análise da constituição das famílias entre os escravos e a extensão da importância da reprodução natural nas charqueadas. Deixamos claro que esses temas não representam objetos dessa pesquisa, mas alguns apontamentos foram feitos à medida que os dados nos possibilitaram especular sobre eles. Para um estudo maior há a necessidade de consulta às fontes paroquiais de batizado e casamento, podendo cruzar os dados obtidos nessa documentação com os apresentados nos inventários.

O estudo dos ofícios dos escravos das charqueadas pelotenses possibilitou observar a abrangência da racionalização do trabalho escravo proposto no segundo capítulo. Essa racionalização não se resumia somente à maior aquisição de escravos do sexo masculino e em idade adulta, mas numa ampla organização do trabalho na produção do charque. Contrariamente do afirmado por Fernando Henrique Cardoso, observamos que existia sim possibilidade de especialização e organização do trabalho nas charqueadas escravistas. Possibilidade que se transformou em necessidade para compensar a crise de mão-de-obra e a diminuição de escravos nos plantéis, consequência direta do fim do tráfico. O melhor aproveitamento dos escravos pôde ser observado na maior presença de escravos especializados, assim como na maior divisão do trabalho no segundo período do estudo. Dessa forma, a crise de mão-de-obra tornou necessário o melhor aproveitamento do escravo ao longo do seu ciclo produtivo. Tal aproveitamento refletiu no aumento da extensão da idade produtiva dos escravos, indicado pelo crescimento do preço entre os escravos com idades próximas aos 40 anos.

Como um balanço geral, se pudéssemos resumir a resposta do problema norteador da pesquisa em poucas palavras, poderíamos dizer que o fim do tráfico de escravos ocasionou um decréscimo significativo no número médio de escravos por charqueada, que teve de ser compensado com uma série de medidas racionalizantes como o aumento da proporção de homens em idade adulta, a melhor organização do trabalho e a expansão da exploração da força de trabalho dos escravos ao longo de um período maior.

Apêndices

Apêndice 1: Composição das riquezas dos charqueadores (%) – 1846 a 1850

	Ano	Imóveis rurais	Imóveis urbanos	Móveis	Nº de escravos	Escravos	Animais	Embarcações	Dívidas Ativas	Monte Mor
Jerônimo José Coelho	1846	45,7	28,7	-	39	16,2	-	9,0	-	83:096\$000
Emerenciana Maria Teixeira	1847	41,0	-	3,2	55	23,0	-	3,2	18,3	156:189\$216
José Pereira de Sá Peixoto	1847	29,5	32,1	0,2	21	24,0	0,7	-	10,3	54:296\$312
Maria Angélica Barbosa	1847	59,0	-	2,5	136	28,2	3,1	1,2	8,3	135:193\$388
Francisca Alexandrina de Castro	1848	15,0	17,0	0,5	175	13,3	0,6	7,5	35,8	634:797\$351
Joaquina Maria da Silva	1849	77,4	-	0,8	33	15,6	-	1,6	2,8	36:547\$600
Teresa da Silva Santos d'Oliveira	1849	54,8	-	2,0	92	19,5	4,4	1,0	18,3	170:553\$245
José Rodrigues Barcellos	1850	43,4	24,4	-	82	7,0	5,7	-	19,5	546:031\$372

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas

Apêndice 2: Composição das riquezas dos charqueadores (%) – 1870 a 1874

	Ano	Imóveis rurais	Imóveis urbanos	Móveis	N° de escravos	Escravos	Animais	Embarcações	Dívidas Ativas	Monte Mor
Silvana Claudina Belchior	1870	37,0	9,0	0,7	33	23,5	0,9	1,0	5,7	179:937\$873
Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos	1870	60,0	-	4,7	26	27,0	3,1	-	2,2	95:786\$690
Felisbina Silva Antunes	1871	51,8	1,1	0,6	159	9,0	21,8	5,5	10,8	1:893:256\$602
Laurinda Silva Guimarães	1871	73,7	0,2	-	13	22,6	-	0,1	-	45:400\$000
Carlota Batista Teixeira	1871	21,2	1,3	1,1	21	14,6	0,5	11,0	16,7	136:726\$883
Antônio José Gonçalves Chaves	1872	15,0	12,0	0,3	27	4,5	-	-	11,0	500:475\$901
Maria Luiza Chaves	1872	21,8	3,5	0,8	55	10,4	10,2	0,9	47,2	435:645\$491
Matildes Vinhas Lopes	1873	22,1	26,0	8,5	30	32,7	4,2	-	6,3	107:964\$600
Luiz Teixeira Barcellos	1873	50,7	-	4,3	22	44,8	0,2	-	-	36:977\$154

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas

Apêndice 3: Quantidade de escravos e valor dos plantéis

	Inventariado	Número de escravos	Valor do plantel (em réis)	%*	Montante em Réis
1846 – 1850	José Pereira de Sá Peixoto	21	13:000\$000	24,0%	54:547\$312
	Joaquina Maria da Silva	33	5:702\$000	15,6%	36:547\$600
	Jerônimo José Coelho	39	13:500\$000	16,2%	83:096\$000
	Emerenciana Maria Teixeira	55	36:000\$000	23,0%	156:189\$216
	José Rodrigues Barcellos	82	37:290\$000	7,0%	546:031\$372
	Teresa da Silva Santos d'Oliveira	92	33:210\$000	19,5%	170:553\$245
	Maria Angélica Barbosa	136	38:178\$000	28,2%	135:193\$388
	Francisca Alexandrina de Castro	175	84:570\$000	13,3%	634:797\$351
1870 - 1874	Laurinda Silva Guimarães	13	10:300\$000	22,6%	45:400\$000
	Carlota Batista Teixeira	21	20:000\$000	14,6%	136:726\$883
	Luiz Teixeira Barcellos	22	16:850\$000	44,8%	36:977\$154
	Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos	26	26:050\$000	27,0%	95:786\$690
	Antônio José Gonçalves Chaves	27	22:700\$000	4,5%	500:475\$901
	Matildes Vinhas Lopes	30	37:700\$000	32,7%	107:964\$600
	Silvana Claudina Belchior	33	42:180\$000	23,5\$	179:937\$873
	Maria Luiza Chaves	55	45:510\$000	10,4%	435:645\$491
	Felisbina Silva Antunes	159	173:700\$000	9,0%	1:893:256\$602

* Referente à participação do valor do plantel no montante da fortuna

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas.

Apêndice 4: Bens de raiz, escravos, dívidas ativas e dinheiro (%)
1846 a 1850

Inventariado	Número de escravos	Escravos (%)	Raiz + Escravos (%)	Dívidas ativas + Dinheiro (%)	Montante em Réis
Joaquina Maria da Silva	33	15,6	93,0	2,8	36:547\$600
José Pereira de Sá Peixoto	21	24,0	85,6	10,3	54:296\$312
Jerônimo José Coelho	39	16,2	90,6	-	83:096\$000
Maria Angélica Barbosa	136	28,2	87,2	8,3	135:193\$388
Teresa da Silva Santos d'Oliveira	92	19,5	74,3	20,8	150:282\$445
Emerenciana Maria Teixeira	55	23,0	64,0	18,3	156:189\$216
José Rodrigues Barcellos	82	7,0	74,8	19,5	546:031\$372
Francisca Alexandrina de Castro	175	13,1	45,3	42,8	634:797\$351

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas.

**Apêndice 5: Bens de raiz, escravos, dívidas ativas e dinheiro (%)
1870 a 1874**

Inventariado	Número de escravos	Escravos (%)	Raiz + Escravos (%)	Dívidas ativas + Dinheiro (%)	Montante em Réis
Luiz Teixeira Barcellos	22	44,8	95,5	-	36:977\$154
Laurinda Silva Guimarães	13	22,6	96,5	-	45:400\$000
Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos	26	27,0	87,0	6,7	95:786\$690
Matildes Vinhas Lopes	30	32,7	80,8	6,3	107:964\$600
Carlota Batista Teixeira	21	14,6	37,1	50,0	136:726\$883
Silvana Claudina Belchior	33	23,5	69,5	27,7	179:937\$873
Maria Luiza Chaves*	55	10,4	35,7	50,3	435:645\$491
Antônio José Gonçalves* Chaves	27	4,5	31,5	65,5	500:475\$901
Felisbina Silva Antunes	159	9,0	61,9	10,8	1:893:256\$602

* Nesses dois casos foram incluídos os valores em ações entre o conjunto dívidas ativas e dinheiro, que representam 2,5% do montante de Maria Luiza Chaves e 23,2% no de Antônio José Gonçalves Chaves.

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas.

Apêndice 6: Sexo dos cativos por plantel – 1846 a 1850

	Sexo					Razão de Masculinidade
	Masculino		Feminino		Total	
Jerônimo José Coelho	32	82,1%	7	17,9%	39	457
Emerenciana Maria Teixeira	46	83,6%	9	16,4%	55	511
José Pereira de Sá Peixoto	16	76,2%	5	23,8%	21	320
Maria Angélica Barbosa	69	50,7%	66	48,5%	136	104
Francisca Alexandrina de Castro	159	90,9%	14	8,0%	175	1135
Joaquina Maria da Silva	24	72,7%	8	24,2%	33	300
Teresa da Silva Santos d'Oliveira	72	78,3%	20	21,7%	92	360
José Rodrigues Barcellos	58	70,7%	24	29,3%	82	241
<i>Total</i>	<i>476</i>	<i>75,2%</i>	<i>153</i>	<i>24,2%</i>	<i>633</i>	<i>311</i>

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas.

Apêndice 7: Sexo dos cativos por plantel – 1870 a 1874

	Sexo					Razão de Masculinidade
	Masculino		Feminino		Total	
Silvana Claudina Belchior	31	93,9%	2	6,1%	33	1550
Cipriano Joaquim Rodrigues Barcelos	17	65,4%	9	34,6%	26	188
Felisbina Silva Antunes	139	87,4%	20	12,6%	159	695
Laurinda Silva Guimarães	11	84,6%	2	15,4%	13	550
Carlota Batista Teixeira	17	81,0%	4	19,0%	21	425
Antônio José Gonçalves Chaves	26	96,3%	1	3,7%	27	2600
Maria Luiza Chaves	50	90,9%	4	7,2%	55	1250
Matildes Vinhas Lopes	29	96,6%	1	3,3%	30	2900
Luiz Teixeira Barcelos	14	63,6%	8	36,4%	22	175
<i>Total</i>	334	86,5%	51	13,2%	386	654

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas.

Apêndice 8: Origem dos cativos por plantel – 1846 a 1850

	Origem						
	<i>Crioulo</i>		<i>Africano</i>		<i>Não informado</i>		<i>Total</i>
Jerônimo José Coelho	9	23,0%	22	56,4%	8	20,6%	39
Emerenciana Maria Teixeira	10	18,2%	11	20,0%	34	61,8%	55
José Pereira de Sá Peixoto	6	28,6%	14	66,6%	1	4,8%	21
Maria Angélica Barbosa	45	33,1%	42	30,9%	49	36,0%	136
Francisca Alexandrina de Castro	14	8,0%	28	16,0%	133	76,0%	175
Joaquina Maria da Silva	5	15,1%	7	21,2%	21	63,7%	33
Teresa da Silva Santos d'Oliveira	14	15,2%	1	1,1%	77	83,7%	92
José Rodrigues Barcellos	17	20,7%	2	2,4%	63	76,9%	82
<i>Total</i>	120	18,9%	127	20,1%	386	61,0%	633

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas.

Apêndice 9: Origem dos cativos por plantel – 1870 a 1874

	Origem						Total
	Crioulo		Africano		Não informado		
Silvana Claudina Belchior	14	42,4%	19	57,6%	0	0,0%	33
Cipriano Joaquim Rodrigues Barcelos	17	65,4%	0	0,0%	9	34,6%	26
Felisbina Silva Antunes	63	39,6%	15	9,4%	81	51,0%	159
Laurinda Silva Guimarães	8	61,5%	5	38,5%	0	0,0%	13
Carlota Batista Teixeira	4	19,1%	17	80,9%	0	0,0%	21
Antônio José Gonçalves Chaves	4	14,8%	3	11,1%	20	74,1%	27
Maria Luiza Chaves	7	12,7%	5	9,1%	43	78,2%	55
Matildes Vinhas Lopes	17	56,7%	10	33,3%	3	10%	30
Luiz Teixeira Barcelos	17	77,3%	4	18,2%	1	4,5%	22
<i>Total</i>	151	39,1%	78	20,2%	157	40,7%	386

Fonte: APERS. Inventários post-mortem. Pelotas.

Fontes consultadas

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul:

- INVENTÁRIO de Jerônimo José Coelho. Pelotas, nº 6, cx. 101, I Vara Cível, 1846.
- INVENTÁRIO de Emerencia Maria Teixeira. Pelotas, nº 4, cx. 18, II Vara Cível, 1847.
- INVENTÁRIO de José Pereira de Sá Peixoto. Pelotas, nº 276, cx. 396, Vara de Família, Sucessão e Provedoria, 1847.
- INVENTÁRIO de Maria Angélica Barbosa. Pelotas, nº 286, cx. 397, Vara de Família, Sucessão e Provedoria, 1847.
- INVENTÁRIO de Francisca Alexandrina de Castro. Pelotas, nº 293, cx. 397, Vara de Família, Sucessão e Provedoria, 1848.
- INVENTÁRIO de Joaquina Maria da Silva. Pelotas, nº 304, cx. 398, Vara de Família, Sucessão e Provedoria, 1849.
- INVENTÁRIO de Teresa da Silva Santos d'Oliveira. Pelotas, nº 310, cx. 398, Vara de Família, Sucessão e Provedoria, 1849.
- INVENTÁRIO de Dignatário José Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 15, cx. 101, I Vara Cível, 1850.
- INVENTÁRIO de Silvana Claudina Belchior. Pelotas, nº 727, cx. 422, Vara de Família, Sucessão e Provedoria, 1870.
- INVENTÁRIO de Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 02, cx. 510, II Vara de Família, 1870.
- INVENTÁRIO de Felisbina Silva Antunes. Pelotas, nº 68, cx. 103, I Vara Cível, 1871.
- INVENTÁRIO de Laurinda da Silva Guimarães. Pelotas, nº 71, cx. 20, II Vara Cível, 1871.
- INVENTÁRIO de Carlota Batista Teixeira. Pelotas, nº 733, cx. 423, Vara de Família, Sucessão e Provedoria, 1871.
- INVENTÁRIO de Antônio José Gonçalves Chaves. Pelotas, nº 754, cx. 424, Vara de Família, Sucessão e Provedoria, 1872.
- INVENTÁRIO de Maria Luiza Chaves. Pelotas, nº 770, cx. 424, Vara de Família, Sucessão e Provedoria, 1872.
- INVENTÁRIO de Matildes Vinhas Lopes. Pelotas, nº 775, cx. 425, Vara de Família, Sucessão e Provedoria, 1873.
- INVENTÁRIO de Luiz Teixeira Barcelos. Pelotas, nº 777, cx. 425, Vara de Família, Sucessão e Provedoria, 1873.

Bibliografia:

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: Escravidão e charqueadas, 1780-1888*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUC-RS, Porto Alegre, 1995.

BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: Características do tráfico negreiro no Rio Grande de São Pedro do Sul*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos do escravismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: Uma História do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____; GÓES, José Roberto. Morfologia da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980. P. 563.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUC-RS, Porto Alegre, 1993;

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert. *Minas Gerais: Escravos e senhores: Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718 – 1804)*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

KÜHN, Fábio. Gente de Fronteira: Sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 47-74.

LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: População, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777 – 1829). In: *Estudos Econômicos*, São Paulo: FIFE/USP, v. 28, n. 1. 1988, pp. 99-169.

MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: Posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

OSÓRIO, Helen. Estancieiros que plantam, lavradores que criam, comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 75-90.

_____. *O império português no sul da América: Estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.

_____. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SLENES, Robert. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. IN: DA COSTA, Iraci Del Nero (Org.). *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas-USP, 1986, pp. 103-155.